

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Julia Iasmin Araujo da Silva Sousa

**DESPOLUIÇÃO DA BEIRA-MAR NORTE DE FLORIANÓPOLIS:
Gestão, Transparência e Sustentabilidade**

Florianópolis

2025

Julia Iasmin Araujo da Silva Sousa

DESPOLUIÇÃO DA BEIRA-MAR NORTE DE FLORIANÓPOLIS:
Gestão, Transparência e Sustentabilidade

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD
7305 como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Administração pela Universidade
Federal de Santa Catarina.

Enfoque: Monográfico

Área de concentração: Administração Pública

Orientador(a): Prof. Dr. Sergio Luís Boeira

Florianópolis

2025

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

Sousa, Julia Iasmin Araujo da Silva
DESPOLUIÇÃO DA BEIRA-MAR NORTE DE FLORIANÓPOLIS:
Gestão, Transparência e Sustentabilidade /Julia Iasmin
Araujo da Silva Sousa ; orientador, Sérgio Luís Boeira ,
2025.
66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis,
2025.

Inclui referências.

1. Administração. 2. URA da Beira-Mar Norte. I.
Boeira, Sérgio Luís . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Julia Iasmin Araujo da Silva Sousa

DESPOLUIÇÃO DA BEIRA-MAR NORTE DE FLORIANÓPOLIS:
Gestão, Transparência e Sustentabilidade

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de Dezembro de 2025.

Cynthia Johanna Ibarra González
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof. Sergio Luis Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gerson Rizzati Junior, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Marilda da Penha Teixeira Nagaoka, Dra.
Avaliador
Universidade Unichristian

Aos meus pais, que
sempre me apoiaram;
às minhas irmãs, que
são o refresco da
minha vida e aos meus
amigos que sempre
me motivam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me guiar e direcionar.

Aos meus pais, pessoas tão singulares, que me incentivam a alcançar meus sonhos. Eles que são minha base, meu alento e minha melhor parte.

À minha irmã Grizel, o ser mais amoroso que conheço, por todos os abraços e beijinhos durante a escrita deste trabalho.

À minha irmã Ana, que me ajudou na escolha do tema e me apoiou em cada dúvida, sua contribuição foi essencial.

Aos meus amigos, que foram minha energia e direção nos momentos de turbulência.

E ao meu orientador, pelo direcionamento e apoio na condução deste trabalho.

Nascemos com os olhos acostumados ao azul das
águas. Temos um corpo que anseia pelo abraço do
mar.

Jacques Yves Cousteau

RESUMO

Este estudo avalia o projeto da Unidade de Recuperação Ambiental (URA) na Beira-Mar Norte, Florianópolis, sob a ótica político-administrativa e à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS). Por meio de análise documental (memorial descritivo obtido via e-SIC) e entrevistas semiestruturadas com atores institucionais e sociais, procedeu-se à triangulação de dados. Identificou-se que as metas oficiais priorizavam recuperar a balneabilidade em trecho delimitado e qualificar o uso público da orla. Os achados indicam que a URA possui intenção positiva, mas não resolve o passivo estrutural do saneamento, dependente de ações sistêmicas e intermunicipais. As representações dos entrevistados convergem em três eixos: (i) efetividade limitada do equipamento; (ii) transparência insuficiente sobre operação e resultados; (iii) necessidade de soluções complementares (fiscalização de ligações; drenagem; wetlands; renaturalização de rios; governança participativa). Conclui-se que o projeto, embora relevante, carece de planejamento integrado, transparência ativa e indicadores públicos que permitam o controle social contínuo da qualidade da água e dos custos operacionais.

Palavras-chave: URA da Beira-Mar Norte; Balneabilidade; Representações Sociais.

ABSTRACT

This study evaluates the project of the Environmental Recovery Unit (URA) on Beira-Mar Norte, Florianópolis, from a political administrative perspective and in light of the Social Representations Theory (SRT). Through documentary analysis (a descriptive memorial obtained via e-SIC) and semi-structured interviews with institutional and social actors, data triangulation was performed. It was identified that the official goals prioritized recovering the bathing water quality in a delimited stretch and qualifying the public use of the shoreline. The findings indicate that the URA has a positive intent, but does not resolve the structural deficit of the sanitation system, which depends on systemic and inter-municipal actions. The interviewees representations converge on three axes: (i) limited effectiveness of the equipment; (ii) insufficient transparency regarding operation and results; and (iii) the need for complementary solutions (inspection of illegal connections; drainage; wetlands; river renaturalization; participatory governance). We conclude that the project, although relevant, lacks integrated planning, proactive transparency, and public indicators that allow for continuous social monitoring of water quality and operational costs.

Keywords: Beira-Mar Norte Environmental Recovery Unit (URA); Bathing water quality; Social Representations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema da Pesquisa.....	12
1.2 Justificativa	12
1.3 Objetivo.....	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Teoria das Representações Sociais (TRS)	14
2.2 Gestão Ambiental	16
2.3 Transparência e Controle Social	18
2.4 Sustentabilidade	19
3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	22
3.1 Beira Mar Norte	22
3.2 O Projeto da URA.....	24
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4.1 Caracterização da Pesquisa	26
4.2 Sujeitos da Pesquisa	27
4.3 Coleta de Dados	29
4.4 Técnica de Análise de Dados	30
4.5 Limitação da Pesquisa.....	30
5 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5.1 Análise de Documento	31
5.2 Entrevista com Paulo Horta	33
5.3 Entrevista com Marcos Jose de Abreu (Marquito)	36
5.4 Entrevista com Gean Loureiro	37
5.5 Entrevista com Rode Martins e Salomão Mattos Sobrinho da Associação FloripAmanhã	39
5.6 Entrevista com moradores da Beira-Mar Norte	43
5.7 Discussão com Base na TRS.....	44
5.7.1 Efetividade do Projeto	44
5.7.2 Transparência da informação e participação social.....	45
5.7.3 Percepção da população	46
5.7.4 Sustentabilidade e alternativas	47
5.7.5 Triangulação	48

6 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	60
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	63

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais cartões-postais de Florianópolis/SC, a Beira-Mar Norte, está historicamente ligada ao lazer, à pesca e à paisagem urbana. Sabe-se, no entanto, que o uso recorrente da baía como local de descarte de lixo e esgoto contribuiu ao longo dos anos para sua poluição. À medida que a cidade foi crescendo, também aumentou a prática de descarte de lixo nos mangues e praias. Conforme relatam Passos e Orofino (2002), as casas tinham seus fundos voltados para o mar, justamente com o objetivo de facilitar o lançamento de dejetos. Além disso, os autores reforçam que o escoamento das águas acabou se tornando um problema, em razão do crescimento da população e a falta de planejamento para a coleta adequada dos materiais descartados, o que resultava em uma população exposta a diversas doenças.

Com o passar do tempo, a degradação ambiental e urbana da região evidenciou a necessidade de criar legislações específicas. Em 1907, foi sancionada a lei 253 que exigia a retirada de lixo e esgoto por parte dos moradores. Mais tarde, em 1916, inaugurou-se o primeiro sistema de esgotos (Passos; Orofino, 2002). Ainda assim, a Beira-Mar Norte continua imprópria, principalmente devido às galerias de águas pluviais, que constantemente apresentam ligações irregulares de esgoto doméstico, lançando coliformes diretamente no mar e agravando a poluição da água.

Diante desse cenário, em 2019 foi instalada a Unidade de Recuperação Ambiental (URA) na Baía Norte, com a promessa de tornar a água balneável novamente. O sistema que custou aos cofres públicos R\$ 18 milhões funciona captando as drenagens por meio de válvulas e dispositivos que direcionam a água para a URA, onde ocorre a remoção dos materiais em suspensão e dos organismos contaminantes (Santa Catarina, 2019), utilizando tecnologias como flotação por ar e desinfecção por ultravioleta (Trevisan; Sartorato; Maestri, [2018?]). Segundo dados da CASAN publicados em 2020, até dezembro do mesmo ano já haviam sido coletados mais de 3 bilhões e 620 milhões de litros de esgoto sem tratamento pela URA (Casan, 2020).

Apesar de o projeto ter contribuído para a redução dos agentes poluidores, aliado a frentes de fiscalização como o “Se Liga na Rede”, que atua na identificação de despejos irregulares de efluentes, a água da Beira-Mar Norte segue imprópria para banho. Além disso, o projeto que prometia a balneabilidade conforme publicado nas mídias e que gerou grande expectativa na população, segue envolto em falta de clareza quanto ao seu

verdadeiro objetivo. Conforme matéria de Ânderson Silva (2023), a empresa responsável pela URA alegou que nunca prometeu balneabilidade e sim recuperação ambiental.

Apesar de Instituto do Meio Ambiente (IMA) divulgar periodicamente dados sobre a balneabilidade da Beira-Mar Norte, ainda há pouca transparência sobre os resultados efetivos do projeto e sobre o funcionamento técnico da URA, informações estas que seguem restritas à CASAN. Faltam, por exemplo, um histórico comparativo dos índices de poluição do período anterior e posterior à instalação da URA, a criação de fóruns ou conselhos com participação popular para o acompanhamento da operação, além da divulgação anual dos custos de funcionamento e manutenção do sistema.

O estudo da balneabilidade da Beira Mar Norte, através da URA, que tinha como proposta gerar impactos positivos na economia, mobilidade, lazer e sustentabilidade, traz à tona questões que precisam ser debatidas e amplamente discutidas no âmbito político e social. Assim, este trabalho busca analisar as percepções sociais sobre o projeto, reforçando o direito à despoluição como um dever contínuo do poder público, que deve ser executado de forma transparente e participativa, reconhecendo o real impacto desse projeto na vida dos cidadãos de Florianópolis.

1.1 Problema da Pesquisa

Diante da promessa de balneabilidade, do investimento público realizado e das fragilidades percebidas quanto à transparência e à efetividade do projeto da URA, surge o seguinte questionamento: Como o projeto de despoluição da Beira-Mar Norte se caracteriza do ponto de vista político-administrativo, segundo as representações sociais dos principais atores (poder público, especialistas, sociedade civil organizada e moradores)?

1.2 Justificativa

A escolha do tema deste trabalho justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância ambiental, social, política e econômica da Beira-Mar Norte de Florianópolis. Sendo um dos espaços urbanos mais simbólicos e estratégicos da capital catarinense, além de ser um dos principais cartões-postais da cidade, essa área reúne elementos essenciais para a

qualidade de vida urbana, como paisagem natural, lazer, mobilidade, turismo e desenvolvimento econômico. Entretanto, mesmo com a instalação da Unidade de Recuperação Ambiental (URA), a região permanece imprópria para banho, levantando dúvidas sobre a efetividade, o acompanhamento e a gestão desse projeto.

A originalidade deste estudo se dá pela proposta de analisar o projeto de despoluição da Beira-Mar, não apenas sob a ótica técnica ou ambiental, mas também pela ótica político-administrativa, incluindo a percepção de diferentes atores sociais. Essa abordagem multidimensional permite uma leitura mais crítica da política pública envolvida, destacando aspectos como transparência, participação social e impactos reais na população. Embora existam reportagens e estudos técnicos sobre a URA, ainda são escassas as análises acadêmicas que tratam sobre a efetividade e percepção social sobre o projeto.

Quanto à viabilidade, o tema se mostra relevante e oportuno por tratar de um problema atual e de interesse público, que tem gerado discussões no âmbito social, ambiental e político em Florianópolis. O recorte territorial delimitado, a Beira-Mar Norte e o projeto de URA, permite um estudo focado e metodologicamente executável dentro do prazo acadêmico previsto. Além disso, a existência de registros públicos, dados oficiais, documentos institucionais e a possibilidade de diálogo com profissionais e gestores da área favorecem o desenvolvimento da pesquisa.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para a compreensão crítica das políticas públicas de despoluição em áreas urbanas litorâneas, destacando a importância de uma gestão ambiental eficiente, transparente e participativa.

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar a caracterização político-administrativa do projeto da URA da Beira-Mar Norte, a partir das representações sociais dos principais atores da sociedade civil, especialistas no tema, moradores e do poder público.

1.3.2 Objetivos Específicos

- i. Levantar as metas e o escopo operacional previstos nos documentos oficiais do projeto (área atendida, indicadores, responsabilidades).
- ii. Identificar e interpretar as representações sociais dos atores entrevistados sobre efetividade, transparência e sustentabilidade do projeto.
- iii. Confrontar metas e representações por meio de triangulação, indicando lacunas e recomendações de gestão e transparência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar a análise proposta neste trabalho, esta seção apresenta uma breve contextualização sobre a Teoria das Relações Sociais, além dos principais conceitos relacionados à gestão ambiental, à transparência, ao controle social e à sustentabilidade.

2.1 Teoria das Representações Sociais (TRS)

A teoria das representações sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici (2004), tem inúmeras aplicações nas ciências sociais, em todo o mundo, desde a década de 1960, sobre os mais variados temas. Trata-se de uma teoria que parte do fenômeno da “representação social”, que é a forma simbólica pela qual um indivíduo ou um grupo social percebem ou compreendem algo, que pode ser um fenômeno estranho, desconhecido, inusitado, problemático, complexo, por meio das suas interações e comunicações sociais cotidianas, sem necessariamente apoiar-se em conhecimentos científicos (Moscovici, 2004).

O primeiro movimento da representação social de um fenômeno é aquele que torna familiar o que parece desconhecido. Moscovici não acredita que o “eu” possa ser separado realisticamente entre um “eu social”, da sociologia, e um “eu individual”, da psicologia. A própria linguagem estabelece uma ponte entre o indivíduo, sua intimidade, sua subjetividade, e a sociedade, os grupos dos quais faz parte (Moscovici, 2004). O autor propôs uma forma de “psicologia social” que tem sido utilizada na antropologia, na sociologia, na psicologia, na administração, na história, na ciência política, etc.

As representações sociais são padrões de percepções, opiniões, expectativas, desejos, modos de “re-apresentar” aos outros uma realidade, um problema, um fenômeno,

a começar pela sua apropriação em termos familiares ao sujeito que busca o conhecimento (Moscovici, 2004). Assim, por exemplo, as políticas públicas são percebidas diferentemente, por meio de representações sociais, por um governante, por uma organização da sociedade civil e por um representante do setor empresarial, cada um destes atores sociais observando-as de acordo com os termos que lhe são mais familiares (Moscovici, 2004).

A teoria das representações sociais parte do pressuposto de que não é possível compreender a realidade sem as mediações culturais, sociais, sem as interferências dos costumes e do senso comum familiares (Moscovici, 2004). O próprio pesquisador das representações sociais de atores sociais sobre um determinado tema parte de algumas representações, de alguns pressupostos, e, portanto, precisa fazer um autoexame constante no processo de investigação (Moscovici, 2004).

A TRS tem sido utilizada de diversas formas e para diversos fins, como a autora Denise Jodelet (2005), importante colaboradora da Teoria das Representações Sociais, aplicou o modelo em uma pesquisa etnográfica realizada na vila de Ainay-le-Château (França), onde famílias conviviam com doentes mentais em suas casas. Essa investigação é considerada uma referência metodológica e prática dentro da psicologia social, pois utilizou observação participante, entrevistas e convivência direta com os sujeitos da pesquisa, a fim de compreender como a loucura é representada no cotidiano. (Jodelet, 2005, apud Bertoni & Galinkin, 2017, p. 115-116). Já Willen Doise utilizou da abordagem societal para destacar a importância da posição social dos sujeitos na construção das representações, com uma perspectiva mais sociológica. Ele propôs quatro níveis de análise: intrapessoal, interpessoal, intergrupar e societal. Assim, mostrando que as representações variam de acordo com as estruturas sociais e o lugar que cada grupo ocupa na sociedade (Almeida, 2009).

Um exemplo prático da aplicação da TRS está na pesquisa de Hélio Possamai (1998, apud Guareschi, 2000, p. 38), que analisou as representações sociais sobre acidentes de trabalho. Por meio de entrevistas e grupos focais, identificou-se que, mesmo com discursos contraditórios entre os entrevistados, surgiram dois núcleos centrais: o individualismo e o fatalismo. Esse estudo mostra como representações socialmente construídas, muitas vezes reforçadas pela cultura e pelo senso comum, influenciam diretamente a maneira como as pessoas interpretam eventos complexos do cotidiano.

Deste modo, pode-se perceber que a utilização das Representações Sociais é utilizada para compreender as formas de pensamentos, bem como suas fontes, justificativas e motivações, podendo utilizar de diversas técnicas como, por exemplo entrevistas, e os grupos focais, que permitem aos participantes se expressarem sobre os temas propostos (Bertoni & Galinkin, 2017).

2.2 Gestão Ambiental

Neste trabalho, o conceito de gestão ambiental é compreendido em uma perspectiva ampliada, distinta daquela frequentemente associada ao contexto técnico ou empresarial. Aqui, gestão ambiental é tratada como uma ação essencialmente pública, vinculada ao papel do Estado na mediação de interesses sociais, na formulação de políticas e na coordenação das medidas necessárias para garantir o equilíbrio ambiental previsto constitucionalmente. Essa abordagem enfatiza a gestão ambiental como um instrumento político-administrativo voltado para o planejamento, a regulação, a fiscalização e a promoção do bem-estar coletivo, e não como um conjunto de práticas corporativas internas. Dessa forma, os elementos apresentados nos parágrafos seguintes dialogam com essa visão mais abrangente, centrada nas responsabilidades públicas e na construção de políticas ambientais efetivas.

A partir dos problemas ambientais existentes, o tema da preservação do meio ambiente passou a ganhar maior relevância nos debates. A partir da década de 1930, já existiam algumas ações regulatórias voltadas ao meio ambiente, materializadas na criação de políticas como o Código de Águas, o Código Florestal, o Código de Pesca, a Lei de Proteção aos Animais e a Política Nacional de Saneamento. No entanto, foi apenas em 1973 que ocorreu um avanço institucional mais consistente, quando o Governo Federal criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Bursztyn; Bursztyn, 2012). Um marco importante foi a publicação da Constituição Federal de 1988, que atribuiu ao Poder Público a responsabilidade de garantir aos brasileiros o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, cabe ao Estado evitar que os interesses de determinadas empresas, indústrias e outros agentes econômicos prejudiquem ou coloquem em risco a qualidade de vida da população (Quintas, 2006).

De acordo com Seiffert (2007), o termo “gestão ambiental” não é um conceito recente, tampouco uma necessidade nova, mas sim algo que evoluiu historicamente a partir das demandas relacionadas aos sistemas de saneamento básico (demandas essas impulsionadas pelo crescimento das metrópoles) até alcançar áreas de estudo como a engenharia de produção e a administração. Antes da Revolução Industrial, os recursos naturais eram abundantes, a partir desse período, o homem passou a experimentar a escassez desses recursos em troca do avanço dos processos produtivos. Foi ao longo do século XX que se consolidou uma maior compreensão sobre como estabelecer relações equilibradas entre os seres humanos e o meio ambiente, o que impulsionou o desenvolvimento da gestão ambiental.

Nesse contexto, a gestão ambiental pode ser compreendida como a mediação de conflitos e interesses entre os atores sociais que atuam sobre o meio físico-natural, de forma a garantir o direito assegurado pela Constituição Federal (QUINTAS, 2006). Assim, para que seja efetiva, a gestão ambiental exige uma abordagem interdisciplinar, considerando diferentes escalas de tempo e resposta, de acordo com os fenômenos estudados (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

As políticas públicas quando bem estruturadas, proporcionam o envolvimento de diversos atores sociais, desde o setor público até os segmentos comercial, produtivo e as organizações não governamentais (ONGS) e ambientais (Schmidt, 2018).

Na prática, a tendência é que estados e municípios adotem uma gestão ambiental fundamentada em conselhos consultivos e deliberativos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Este Conselho que atua em conjunto com um órgão central, no caso o Ministério do Meio Ambiente, e um órgão executivo, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além disso, sob motivação econômica, muitos municípios instituem Conselhos Municipais de Meio Ambiente, o que permite às prefeituras exercer atividades como o licenciamento ambiental e a cobrança de taxas regulamentadas para essas ações (Carvalho, 2005).

A gestão ambiental integra política, planejamento e gerenciamento ambiental. Na esfera pública, ela depende da política ambiental exercida pelo governo, que é responsável por definir estratégias, ações, investimentos e providências jurídicas e institucionais. Esse processo exige a realização de um diagnóstico com objetivos claros

e, a partir disso, a elaboração de um prognóstico. O *gap*, a diferença entre a situação atual e o cenário desejado, torna-se o foco da atuação da gestão (Seiffert, 2007).

2.3 Transparência e Controle Social

A Administração Pública, segundo Salm e Menegasso (2009), deve ser conceituada como um conjunto de ações e estratégias que visam prover os serviços públicos ao indivíduo, considerando suas múltiplas dimensões e sua condição de cidadão partícipe de uma sociedade. Nesse sentido, o conceito por eles proposto de coprodução do bem público revela que o cidadão não é apenas beneficiário, mas também coprodutor dos serviços públicos, por meio de sua atuação política, comunitária e participativa.

Na Administração Pública, um dos princípios constitucionais fundamentais é o da publicidade e da transparência, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal. Esse princípio é essencial para assegurar a credibilidade das instituições públicas, uma vez que, por meio da publicidade, os cidadãos podem acompanhar as ações dos gestores e o uso dos recursos públicos. Dessa forma, garante-se tanto o direito da população de ter acesso às informações quanto o dever da Administração Pública de dar visibilidade a seus atos, contratos e decisões (Maximiano; Nohara, 2017).

De acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), quando a transparência é aplicada à gestão de políticas públicas, ela permite que a população conheça as áreas de investimento, as estratégias de implementação, os dados sobre a execução das políticas, os principais atores envolvidos, os riscos assumidos e os resultados concretos que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

A CGU ainda destaca que existem duas formas principais de disponibilização de informações pelo poder público: a transparência passiva, que ocorre quando o cidadão solicita dados específicos, e a transparência ativa, que é caracterizada pela divulgação espontânea das informações por parte da Administração, independentemente de requerimento.

Maximiano e Nohara (2017) reforçam que não é compatível com um Estado Democrático de Direito a manutenção de segredos públicos indefinidamente. Quando necessário, o sigilo de determinadas informações pode ser admitido por um tempo

determinado, mas, expirado esse prazo, o acesso público deve ser garantido como forma de fortalecer a democracia e o controle social.

Apesar disso, Boeira (2025) baseado em Nunes (1997), ressalta que há obstáculos estruturais à efetivação do controle social no Brasil, como o clientelismo, o corporativismo e o insulamento burocrático. Esses aspectos revelam as relações interpessoais e trocas de favores que enfraquecem os mecanismos institucionais de controle e transparência, bem como o isolamento dos setores técnicos do Estado que se isolam da sociedade civil, muitas vezes dificultando o acesso à informação e a participação efetiva. (Boeira, 2025).

Diante desses desafios estruturais, é essencial reconhecer que o espaço público é, por natureza, um ambiente de diálogo, confronto de ideias e construção coletiva. Essa dinâmica é fundamental para que as decisões públicas considerem diferentes interesses sociais, institucionais e produtivos. Nesse sentido, iniciativas como a Agenda Floripa 2030/2040/2050 realizada pela Associação FloripAmanhã (2023), se destacam por buscar integrar a sociedade civil, o poder público e especialistas em um processo colaborativo de planejamento de longo prazo com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável de Florianópolis. O documento reconhece a importância da governança participativa, da informação acessível e da transparência como eixos para fortalecer a gestão pública e construir políticas alinhadas com os interesses coletivos e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

As ambiguidades presentes no debate público que por vezes se complementam e por vezes se sobrepõem, devem ser compreendidas como parte natural e construtiva das dinâmicas democráticas. Por isso, reforçar os princípios de transparência, publicidade e participação social é essencial para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma gestão pública mais justa.

2.4 Sustentabilidade

A palavra “sustentabilidade” tem a mesma raiz de “sustentar”, do latim *sustentare*. No sentido passivo, “sustentar” significa equilibrar-se, manter-se, conservar-se. Neste sentido, a sustentabilidade, em termos ecológicos, refere-se a tudo que a Terra realiza para que um ecossistema continue existindo sem entrar em colapso. Por outro lado, no

sentido ativo, a palavra está relacionada a ações como manter, proteger, nutrir, alimentar e prosperar. Dessa forma, a sustentabilidade representa as atitudes que tomamos para garantir que a Terra e seus biomas se mantenham vivos (Boff, 2015).

Nesse contexto, Boff (2015) define sustentabilidade como toda ação que visa manter as condições energéticas, informacionais e físico-químicas que sustentam os seres vivos. Essas ações objetivam assegurar a continuidade das gerações presentes e futuras, de modo que os bens e serviços naturais sejam preservados e enriquecidos com o tempo. Essa visão amplia a noção de sustentabilidade para além da mera conservação, destacando também a importância de promover melhorias nas condições ambientais.

O tema “desenvolvimento sustentável” ganhou solidez com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987. Esse documento estabeleceu uma série de medidas a serem adotadas pelos países, com o objetivo de promover o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental (Bursztyn; Bursztyn, 2012). Entre essas medidas, destacam-se a limitação do crescimento populacional, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a garantia de acesso a recursos básicos e energia, o estímulo ao uso de fontes energéticas renováveis, o controle da urbanização desordenada e a integração entre o campo e cidades menores. Além disso, propõe o atendimento às necessidades básicas e o aumento da produção industrial em países não industrializados, desde que se utilize tecnologias ecologicamente adaptadas (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

Conforme destacado por Boff (2015), o Relatório Brundtland apresentou a definição clássica de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”. Ainda assim, apesar dessa definição amplamente aceita, o tema continua gerando intensos debates. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que o modelo tradicional de desenvolvimento está fortemente associado à exploração da natureza, à produção de desigualdades e à concentração de riquezas. Essa perspectiva crítica evidencia que o conceito de desenvolvimento, em sua origem, pertence ao campo da economia e, por vezes, entra em conflito com os princípios da sustentabilidade (Boff, 2015).

Apesar de a sustentabilidade estar cada vez mais presente nas mídias, nas universidades e nas atividades produtivas, infelizmente, esta ênfase no discurso sobre a sustentabilidade, nem sempre se traduz em reais e concretas. O conceito ainda está

cercado de ambiguidades e incertezas, pois lidar com o desenvolvimento sustentável exige, além de boa vontade política, uma gestão eficaz dos recursos naturais, sejam eles renováveis, não renováveis ou recicláveis. É necessário administrar seus usos, valores, estoques, fluxos e implicações, considerando seus impactos sobre o meio ambiente e a sociedade (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

Ao tratar desse tema, percebe-se a existência de uma interinstitucionalidade nas ações e regulações, o que significa a presença de diferentes estruturas de poder e decisão, muitas vezes com interesses opostos. A sustentabilidade, nesse cenário, pode não prevalecer diante das pressões políticas e sociais. Segundo Burzstyn e Bursztyn (2012), para que o uso dos recursos naturais seja sustentável, é necessário considerar três categorias fundamentais de suporte:

- técnicas de previsão e de apoio à tomada de decisão, como cenários, avaliação ambiental ou análise custo-benefício (no sentido mais amplo do que o apenas econômico), que permitam antever efeitos, previamente às ações, de modo a reduzir riscos e mitigar consequências indesejáveis das decisões tomadas.
- instrumentos de mensuração, como pegada ecológica e sistemas de indicadores em geral, são cruciais. As esferas econômica e social do tripé do DS dispõem de métricas já consagradas, como é o caso do PIB, da taxa de crescimento da economia, dos custos de produção, do índice de desenvolvimento humano – IDH, do índice de Gini da distribuição de renda, da renda per capita. Para a aferição do estado do ambiente, por outro lado, o estabelecimento de indicadores é um desafio bem mais complexo, pois envolve um intrincado encadeamento de causas e efeitos, com sinergias (positivas e negativas) entre uma imensa gama de variáveis. Mensurar alterações na dinâmica de ecossistemas é um elemento central para a difícil tarefa de medir a sustentabilidade.
- o desenvolvimento de uma base científica sobre limites do meio natural é condição prévia ao estabelecimento das regras para o seu uso. Dado que o ambiente é um dos elementos do tripé, é preciso conhecer a sua capacidade de suporte e sua resiliência (Burzstyn; Bursztyn, 2012, p.53)

Guimarães (2001) aborda que um novo estilo de desenvolvimento que está relacionado a uma nova ética, na qual os objetivos econômicos caminham junto com a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Para o autor, é necessário repensar o atual modelo de crescimento que, apesar de gerar avanços tecnológicos e econômicos, também intensifica a desigualdade social e a degradação ambiental.

Dentro dessa perspectiva de sustentabilidade, Merico (2001) destaca três princípios fundamentais que orientam a busca por um modelo mais justo e equilibrado: a equidade intrageracional, a equidade intergeracional e o princípio da irreversibilidade.

A equidade intrageracional refere-se à necessidade de garantir condições justas de acesso aos recursos e à qualidade de vida entre os indivíduos da geração atual,

reconhecendo as desigualdades sociais e regionais existentes. Já a equidade intergeracional trata da responsabilidade de cada geração em assegurar que as futuras também possam desfrutar dos recursos naturais e das mesmas condições ambientais, sociais e econômicas. Por fim, o princípio da irreversibilidade enfatiza que certos danos ambientais, uma vez causados, são impossíveis de reverter, o que exige precaução e responsabilidade na tomada de decisões que envolvam o uso do meio ambiente.

Esses três princípios propostos por Merico (2001) reforçam que o desenvolvimento sustentável envolve compromissos éticos e responsabilidades coletivas. A equidade intrageracional defende justiça social no presente; a intergeracional garante que as futuras gerações tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades; e o princípio da irreversibilidade alerta sobre os limites dos danos ambientais, muitas vezes impossíveis de reverter. Assim, a sustentabilidade exige ações conscientes hoje, para que o futuro não seja comprometido.

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1 Beira Mar Norte

Florianópolis é marcada por uma profunda relação com o mar. Durante séculos, todas as atividades econômicas e sociais da cidade se desenvolviam a partir dele, sendo o mar a única forma de entrada e saída da Ilha (Luz, 2022). De acordo com o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (Cecca, 1997), as Baías Norte e Sul, situadas entre a Ilha e o Continente, são interligadas por um estreito canal que forma a Baía de Florianópolis. Essa região estuarina é caracterizada pela presença de rios e manguezais que alimentam a baía e, historicamente, destacava-se pela produção de pescado e pela coleta de moluscos. Contudo, essa atividade tradicional vem sendo prejudicada ao longo dos anos pelo lançamento contínuo de efluentes.

Relatos históricos mostram que, na época, era comum o descarte de lixo e excrementos nos terrenos baldios, ruas e praias. Apesar desse cenário, os investimentos em obras públicas priorizavam a urbanização, como a construção de mercados e a instalação de redes elétricas, deixando de lado as questões de saneamento (Cecca, 1997).

Por volta de 1880, a região onde hoje se localiza a Avenida era ocupada pelo córrego da Fonte Grande, também conhecido como Rio da Bulha. Naquele período, o córrego já era identificado como local de acúmulo de lixo e esgoto, situação que se agravaria no início do século XX, quando a preocupação com a saúde pública passou a ganhar maior destaque (Luz, 2022).

As constantes epidemias decorrentes do despejo de lixo, excrementos e esgoto a céu aberto levaram o presidente da Província, em 1876, a emitir um relatório alertando sobre os riscos sanitários e a necessidade de medidas preventivas. Nesse contexto, foi implantado o primeiro “serviço de esgoto” da cidade, no qual os dejetos eram armazenados em barris e transportados até as praias próximas, utilizando trapiches construídos especificamente para esse fim (Cecca, 1997).

A preocupação com a higiene pública se intensificou apenas a partir de 1910, com a campanha de higiene conduzida pelo estado de Santa Catarina. Especialmente na capital, foram realizadas diversas intervenções urbanas e sanitárias, com o objetivo de modernizar Florianópolis e afastá-la da imagem de cidade “atrasada” e “pacata”. Como parte desse processo, diversos cortiços localizados às margens do rio poluído foram demolidos, permitindo um certo saneamento da região central, mas também gerando processos de expulsão e marginalização da população de baixa renda (Luz, 2022).

Em 1913, iniciou-se a construção da primeira rede de esgoto da cidade, responsável por coletar águas residuais, excluindo as águas da chuva. A rede foi inaugurada em 1916 e contava com uma estação de depuração biológica (Cecca, 1997). Com o crescimento populacional, a estação tornou-se insuficiente e foi desativada em 1951, fazendo com que o esgoto da cidade fosse lançado diretamente no mar, juntamente com os efluentes despejados ao longo dos anos na rede de drenagem pluvial (Passos; Orofino, 2002). Somente em 1922 tiveram início as obras do segundo Sistema de Esgoto de Florianópolis (Insular), com a implantação de 200 km de rede coletora (Ramos, [s.d.]). Na mesma época, grandes obras de macrodrenagem foram realizadas no centro da cidade.

Neste cenário, destaca-se a crescente problemática do lixo e a atuação de entidades dedicadas à defesa do meio ambiente, como o Movimento Ecológico Livre (MEL), fundado no final de 1983 e que ganhou visibilidade em 1984 por sua atuação em defesa do Parque da Lagoa do Peri. O principal objetivo do MEL é influenciar o ambientalismo em Santa Catarina por meio de manifestações, seminários, palestras e debates públicos.

Um aspecto especialmente relevante para este trabalho é sua luta em prol da reciclagem do lixo (Viola; Boeira, 1990).

Através da desativação do incinerador, o lixo passou a ser depositado no mangue do Itacorubi, sendo conhecido como “Lixão de Itacorubi”. Um local que não era apropriado para este fim e que não continha impermeabilização do solo, drenagem de chorume e dos gases (Passos; Orofino, 2002). Em 1987, o movimento conseguiu disseminar essa pauta em todo o estado e, como conquista significativa, atuou para impedir o depósito de lixo hospitalar sobre o manguezal do Itacorubi, denunciando seus impactos ambientais (Viola; Boeira, 1990)

A primeira etapa do novo Sistema de Esgotos foi inaugurada em 1997, com a Estação de Tratamento localizada na Baía Sul (Ramos, [s.d.]). Nesse mesmo período, foi concluído o Plano Global de Drenagem de Florianópolis, que reformulou o sistema de macro e microdrenagem da cidade (Passos; Orofino, 2002).

Desde então, outros sistemas de esgotamento sanitário foram implementados na cidade. Entretanto, um ponto que chama atenção, conforme destacado por CECCA (1997), é a ocorrência de lançamentos clandestinos justamente em uma das áreas com maior concentração de renda per capita (Beira-Mar Norte), que apresenta os maiores níveis de contaminação das águas, fato relevante para o estudo do projeto da Unidade de Recuperação Ambiental (URA).

3.2 O Projeto da URA

Em 2018, foi autorizada a construção da Unidade de Recuperação Ambiental (URA) em Florianópolis, durante a gestão do prefeito Gean Loureiro (MDB) (Santa Catarina, 2019). O projeto previa a recuperação ambiental de um trecho de 3,6 km, compreendido entre a Ponte Hercílio Luz e a Ponta do Coral (SENGE-SC, 2017.), conforme destacado na laranja da imagem 1. A proposta incluía a instalação da URA junto à estação elevatória, com o objetivo de tratar a água contaminada e devolvê-la ao mar livre de coliformes fecais (Santa Catarina, 2019).

Imagem 1 – Trecho de Recuperação Ambiental na Beira-Mar Norte



Fonte: Trevisan; Sartorato; Maestri, [2018?].

O modelo adotado foi inspirado no sistema de reciclagem de escoamento urbano da Califórnia. Inicialmente, a previsão era de que a obra fosse concluída em oito meses, seguidos por um período adicional de quatro a seis meses até que a orla estivesse despoluída e balneável. O orçamento original do projeto era de R\$ 24,5 milhões, mas acabou sendo reduzido para R\$ 17 milhões devido à proposta apresentada pelo consórcio vencedor da licitação. Na época, o presidente da Casan Valter Gallina, afirmou que não seria necessário despoluir toda a Baía Norte, apenas um trecho específico em frente à Beira-Mar, para torná-la balneável (Mesquita, 2019).

Por fim, a obra foi realizada entre março de 2018 e março de 2019, com a implantação de aproximadamente 3,6 mil metros de rede, 15 estruturas de concreto, 31 válvulas bloqueadoras do tipo “bico-de-pato” e a Unidade de Recuperação Ambiental (URA), com capacidade para tratar até 13 milhões de litros por dia. O processo de descontaminação previa o apoio natural das correntes marítimas, do sal da água e da ação dos raios solares. Inicialmente orçada em R\$ 17,1 milhões, a obra foi concluída com custo final de R\$ 18 milhões, devido a alterações na parte elétrica e dificuldades no assentamento da rede (Neumann, 2019).

O funcionamento da URA baseia-se no tratamento da água contaminada proveniente da rede de drenagem pluvial. A água é desviada para um sistema de bombeamento, onde passa por um processo de flotação por ar dissolvido que remove partículas em suspensão e clarifica a água. Em seguida, é submetida à desinfecção por

radiação ultravioleta, eliminando as bactérias presentes (Trevisan; Sartorato; Maestri, [2018?]).

A obra foi realizada pelo consórcio CFO-FAST, formada pelas empresas Construtora Fonseca e Oliveira Ltda (CFO) de Florianópolis e a Fast Indústria e Comércio de Capinzal (G1 SC, 2018). Com a ativação da Unidade de Recuperação Ambiental (URA), em 10 de setembro de 2019, o Instituto do Meio Ambiente (IMA) confirmou a condição de balneabilidade do ponto 11 da Beira-Mar Norte, apresentando resultados positivos até o início de outubro (Silva, 2019). No entanto, em novembro do mesmo ano, reportagem de Anderson Silva (2019) revelou que os três resultados mais recentes divulgados pelo IMA indicavam índices de coliformes fecais muito acima do permitido: 4.884, 3.654 e 3.873, quando o limite máximo era de 800. Diante desse cenário, a CASAN notificou a empresa Fast, responsável pela implantação do sistema, solicitando explicações. Além disso, tanto a CASAN quanto a Prefeitura passaram a ser questionadas sobre a justificativa do investimento realizado, já que havia sido prometido que a água estaria própria para banho em um curto período.

Apesar de alguns esporádicos resultados positivos ao longo dos anos, o mar continua apresentando altos índices de poluição. Segundo o diretor de Operação e Expansão da CASAN, Pedro Joel Horstmann, isso se deve à poluição acumulada no fundo do mar, que dificulta a plena recuperação da qualidade da água (Redação Nd, 2023).

Em 2021, um ano após a primeira fiscalização do programa “Se Liga na Rede”, o nível de irregularidade nas ligações ainda era muito alto, com cerca de 74% dos imóveis vistoriados apresentando algum tipo de desconformidade. Para o engenheiro sanitarista Luan Casanova, coordenador do programa naquele ano, a Beira-Mar Norte só será efetivamente despoejada quando os proprietários regularizarem suas ligações irregulares, pois muitos ainda acreditam que não contribuem para a contaminação (Ximenes, 2021).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização da Pesquisa

Este trabalho configura-se como uma pesquisa aplicada, qualitativa e de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Fleury e Werlang (2016), pesquisa aplicada tem como foco problemas concretos presentes em instituições, organizações, grupos sociais,

buscando compreender sua dinâmica, diagnosticar suas causas e propor possíveis soluções. Além disso, destaca-se por sua capacidade de gerar impactos práticos no contexto investigado.

A abordagem qualitativa é adequada ao objetivo de analisar as percepções sociais sobre o projeto de despoluição da Beira-Mar Norte, pois permite compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, considerando seus discursos, experiências e sentidos atribuídos ao fenômeno investigado. Segundo Fleury e Werland (2016), esse tipo de abordagem busca compreender o “porquê” das coisas, sem se preocupar com a representatividade numérica, mas sim com a profundidade e riqueza dos significados.

Nesse sentido, a pesquisa adota os princípios descritos por Silveira e Gerhardt (2019), os quais afirmam:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para toda as ciências. (Silveira; Gerhardt, 2019, p.34).

A pesquisa exploratória é caracterizada por aprimorar ideias ou descobrir intuições, sendo mais flexível e considerando diversos aspectos relativos ao estudo. Seu objetivo é proporcionar familiaridade com o problema (Gil, 1994). Com relação à pesquisa descritiva, ela tem como propósito analisar e descrever as características de uma população, grupo ou fenômeno, bem como identificar possíveis relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa utiliza, geralmente, técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática, permitindo uma descrição detalhada e organizada da realidade investigada. Além disso, é amplamente empregada em estudos sociais e institucionais, especialmente quando se busca compreender opiniões, atitudes, condições sociais ou padrões de comportamento (Gil, 1994).

Para fundamentar a análise, será utilizada a Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Serge Moscovici (2004), que possibilita compreender como os atores sociais constroem sentidos coletivos sobre fenômenos sociais por meio de suas experiências e interações cotidianas.

4.2 Sujeitos da Pesquisa

A seleção foi feita de forma intencional de cinco perfis. Priorizou-se o perfil com envolvimento ou conhecimento relevante sobre o projeto da Unidade de Recuperação Ambiental (URA). A seleção buscou diversidade de perspectivas, os sujeitos escolhidos foram: especialista acadêmico (professor da universidade federal de Santa Catarina), agente político (deputado estadual), ex-prefeito responsável pela aprovação do projeto, representantes de associação da sociedade civil (FloripAmanhã) e moradores da Beira-Mar Norte. Total de 7 entrevistados, em 4 entrevistas (duas em dupla e três individuais)

Para a entrevista, optou-se pelo professor Dr. Paulo Horta em razão de seu expressivo envolvimento com questões ambientais e de seu amplo reconhecimento acadêmico e profissional na área. Com doutorado em Ciências Biológicas e pós-doutorado em Ecologia Marinha, o professor atua na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde participa ativamente de programas de graduação e pós-graduação em Botânica, Ecologia e Oceanografia. Além de sua contribuição no ensino e orientação de pesquisas, realiza revisões para periódicos especializados em Ficologia e Biologia Marinha. Destaca-se ainda por coordenar projetos de pesquisa voltados à sistemática de organismos marinhos, bem como aos impactos ambientais, mudanças climáticas e poluição dos ecossistemas costeiros. Sua relação com a URA se dá por sua experiência em ecossistemas costeiros e acompanhamento técnico de ações de recuperação ambiental na região.

No âmbito público optou-se pela entrevista com o Marcos José de Abreu (Marquito), justamente por sua referência como ativista ambiental, por ter sido vereador da capital por 6 anos e atual deputado de Santa Catarina (PSOL). Possui formação em engenharia agrônoma e pós-graduado em Agroecossistemas com título de mestrado na UFSC. Sua relação com a URA decorre de sua atuação política na fiscalização e no acompanhamento de políticas públicas.

Gean Loureiro, Prefeito de Florianópolis, foi o responsável por aprovar o projeto apresentado pela Casan na época da implementação da URA, é formado em Administração e Direito pela UFSC e possui mestrado em Engenharia de Produção. Foi eleito vereador cinco vezes e, em 2013, assumiu a presidência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. No ano seguinte, tornou-se deputado estadual. Em 2017, assumiu a Prefeitura de Florianópolis, período em que aprovou a instalação da URA.

Como associação representante, considerou-se a FloripAmanhã. Criada em 2005 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram em Florianópolis. Atuante no desenvolvimento de estudos e pesquisas, têm participação ativa de conselhos e movimentos, também realiza a conexão de instituições e projetos de forma colaborativa. Os representantes que puderam participar da entrevista de forma conjunta foram Rode Anélia Martins e Salomão Mattos Sobrinho. Rode é formada em direito, atua como advogada no âmbito do direito ambiental e faz parte do Conselho da Associação Floripamanhã. Salomão também é formado em direito e atua como presidente da associação. A relação da entidade com a URA se estabelece por sua participação em debates públicos e manifestações relacionadas a cidade de Florianópolis.

Por fim, como moradores representantes da região, considerou-se o senhor Waldemir e a senhora Leonor. Residem há oito anos na Beira-Mar Norte. Waldemir é perito criminal aposentado da Polícia Federal. Leonor é auditora aposentada do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Ambos participaram da entrevista de forma conjunta. A relação do casal com a URA é marcada pela vivência direta dos impactos da poluição e pelas expectativas quanto à melhoria da balneabilidade prometida no projeto.

4.3 Coleta de Dados

A coleta foi realizada por meio de análise documental através do memorial descritivo e de entrevistas semiestruturadas, entre os meses de Agosto e Setembro de 2025, utilizando um roteiro com perguntas abertas, construído com base nos objetivos da pesquisa e nos princípios da TRS. As entrevistas foram feitas pela plataforma Google Meet e transcritas por meio da IA do Gemini para análise. Também foram realizadas entrevistas presenciais para aqueles que assim preferiram, com o uso de gravador para registrar as informações.

Neste trabalho houve uma exceção na forma de entrevista: foi feita apenas uma pergunta para o Gean Loureiro, pois ele havia palestrado na disciplina de Empreendimentos e Modelos de Negociação do curso de Administração no dia 18 de setembro de 2025. No momento destinado às perguntas, aproveitei para fazer o questionamento. Essa situação será melhor explicada no tópico sobre as limitações da pesquisa.

Os procedimentos seguiram os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, incluindo a entrega e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.4 Técnica de Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados a partir da perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS) buscando compreender as diferentes percepções, opiniões e significados atribuídos ao projeto.

A análise é de caráter interpretativo, valorizando a complexidade das representações sociais. Diferentemente de técnicas que exigem categorias rígidas e mutuamente excludentes, essa abordagem reconhece a sobreposição de sentidos e a multiplicidade de interpretações possíveis. Assim, foram considerados tanto os conteúdos explícitos das falas quanto às interpretações da pesquisadora, que também se insere no campo das representações sociais.

Também foi utilizada análise documental para representar o conteúdo disponibilizado pela CASAN. Essa análise visa facilitar o acesso à informação ao observador, permitindo passar de um documento primário para um documento secundário, ou seja, de um conteúdo bruto para a representação do conteúdo, seu objetivo principal é a condensação da informação para consulta e armazenagem (Bardin, 1977).

Além disso, adotou-se a triangulação de dados (Zapellini & Feuerschütte, 2015), caracterizada por convergir diferentes populações/sujeitos, diferentes perspectivas teóricas e diferentes métodos de coleta, com o objetivo de confrontar o ponto de partida com os resultados obtidos. Assim, pretende-se articular os resultados das entrevistas com o discurso presente no documento oficial de modo a fortalecer a validade interpretativa da pesquisa e evidenciar convergências ou divergências entre percepções sociais e institucionais.

4.5 Limitação da Pesquisa

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas tentativas de contato para entrevistas com representantes relevantes ao projeto analisado. Houve interesse em

entrevistar Gean, prefeito responsável pela aceitação do projeto da URA, porém, devido à indisponibilidade em sua agenda, não foi possível realizar a entrevista completa. Diante disso, aproveitou-se a oportunidade de comparecer à palestra que ele realizou na turma de Empreendimentos e Modelos de Negociação, no dia 18 de setembro de 2025, na UFSC, sendo possível realizar apenas uma pergunta. Também foi feito contato com a empresa responsável pela construção da obra por meio de e-mail, mas não houve retorno, mesmo após novas tentativas.

Com relação à Casan, buscou-se entrevistar representantes envolvidos no projeto, sendo necessário registrar o pedido de entrevista via ouvidoria e complementar com documentos. Entretanto, o pedido ultrapassou o prazo previsto para resposta, sem confirmação por e-mail, não havendo retorno mesmo após o envio da manifestação complementar.

Além disso, buscou-se entrevistar empresas da região, enviando e-mails e realizando visitas presenciais para verificar disponibilidade, mas não houve interesse ou retorno por parte dos interlocutores. O prazo limite para entrega do trabalho impossibilitou novas tentativas de contato e agendamento.

Essas limitações podem ter restringido o aprofundamento da análise das diferentes percepções sociais sobre o projeto, ficando restrita aos dados obtidos e às entrevistas realizadas com os participantes disponíveis.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa são apresentados os resultados obtidos a partir da análise do documento disponibilizado pelo IMA e as entrevistas realizadas com os representantes sociais. A análise foi feita com base na Teoria das Representações Sociais e através da triangulação para comparar as informações.

5.1 Análise de Documento

A solicitação realizada via E-SIC sobre a URA da Beira-Mar Norte resultou no envio do memorial descritivo do projeto pela ouvidoria do IMA de Santa Catarina, além da indicação do site oficial para consulta ao histórico de balneabilidade, contudo, o

documento não apresenta os responsáveis pela escrita do documento e nem mesmo sua data. Do ponto de vista administrativo, a falta dessas informações compromete a rastreabilidade e a autenticidade do documento, impedindo a identificação de quem elaborou o conteúdo e em qual etapa do projeto ele foi produzido. Isso limita a compreensão da evolução técnica e gerencial da URA e dificulta verificar se o material reflete a versão original, uma atualização ou apenas um documento preliminar. Além disso, a inexistência desses elementos básicos de registro evidencia fragilidades nos mecanismos de transparência pública, uma vez que a padronização documental é condição essencial para garantir controle social, responsabilização e acesso adequado às informações. Tais lacunas repercutem também na análise científica, pois reduzem a confiabilidade do memorial como fonte primária e revelam obstáculos institucionais à governança da política estudada. Portanto, a falta de autoria e data não apenas limita a precisão da análise, mas configura um dado significativo sobre as próprias práticas administrativas envolvidas no projeto, reforçando a necessidade de maior transparência e clareza documental em iniciativas públicas dessa natureza.

O documento apresenta uma solução técnica elaborada para enfrentar um problema recorrente da cidade: a permanência da condição imprópria para banho na região. Observa-se que o memorial reconhece o projeto como uma resposta às pressões sociais e ao desgaste da imagem de Florianópolis, uma cidade fortemente associada ao turismo e à qualidade de suas praias. O texto destaca os anseios da comunidade local e de visitantes, apontando a balneabilidade como questão de saúde pública, lazer e desenvolvimento sustentável.

O projeto estabelece dois objetivos principais: recuperar a balneabilidade e criar um espaço de lazer adequado à população. O documento traduz essas demandas sociais em um discurso administrativo de gestão urbana. Nesse sentido, evidencia-se que a intenção central do projeto era tornar a água balneável, e não apenas reduzir o despejo de esgoto na Baía.

O memorial delimita a área atendida entre o Trapiche ao sul e a Ponta do Coral ao norte, especificando 22 pontos de descarga pluvial, dos quais 15 foram inicialmente contemplados com estações de captação e elevação. O escopo do projeto envolve a contratação da empresa responsável pelo projeto executivo, construção, operação,

monitoramento e treinamento da equipe, detalhando critérios administrativos e licitatórios que enriquecem a análise do gerenciamento e governança do projeto.

A gestão também prevê um compromisso com o controle social por meio do monitoramento mensal e da operação inicial da Unidade de Recuperação Ambiental (URA) durante 90 dias. Adicionalmente, impõe exigências técnicas e experiência mínima para as empresas participantes da licitação, destacando o rigor administrativo para garantir a qualidade e continuidade da obra.

O documento evidencia um esforço para alinhar metas técnicas a demandas sociais e urbanísticas, o que é essencial para compreender a administração do projeto.

5.2 Entrevista com Paulo Horta

Paulo Horta, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, afirma que a ideia de tratar esgoto é excelente, mas destaca que, no caso da URA, o objetivo não é exatamente o tratamento de esgoto, e sim a captação de água de rios já poluídos, que são direcionadas para um sistema de tratamento. No entanto, as evidências indicam que os métodos utilizados não têm sido eficientes. Além disso, não há transparência sobre os dados, o que gera questionamentos como: “qual é de fato o conjunto de métodos adotados?” e “por que não está funcionando?”. Paulo observa que, na prática, o sistema não opera de forma adequada e que a promessa do prefeito (Gean na época) de nadar na região nunca se concretizou. Para a sociedade, isso é ainda mais frustrante, considerando que foram gastos milhões sem a entrega de resultados concretos.

O professor questiona por que não se resolveu a questão do saneamento básico da região desde sua origem, especialmente no que se refere ao bloqueio do curso natural das águas que passam sob a cidade. Os rios e riachos que descem do Morro e cortavam a Beira-Mar até chegar às baías eram fundamentais para a saúde da Baía de Florianópolis e para a biodiversidade local. Ele reforça que ignorar essa realidade é um ato criminoso, pois o problema deveria ter sido solucionado em sua raiz.

Do ponto de vista da transparência, ele lembra que o Fórum Econômico Mundial ressalta a importância de zelar pelas informações que orientam o desenvolvimento de territórios, cidades, estados e países. Destaca que temos a URA, mas desconhecemos a real eficiência de seu tratamento. Perguntas como “qual é a vulnerabilidade do território

em relação a doenças de veiculação hídrica?” não têm resposta. Essa desinformação gera riscos, como o aumento de internações por diarreia, maior demanda nos serviços de saúde e consequente elevação de custos com medicamentos, médicos e estrutura hospitalar. Pontuou que sem dados confiáveis não há como planejar, gerir de forma adequada ou alocar recursos públicos de maneira eficiente. O Fórum Mundial chegou a apontar, em seu último relatório, que a maior ameaça às economias globais é justamente a desinformação.

A ausência de informações claras também expõe riscos aos moradores. Um exemplo citado é a possibilidade de moradores da Beira-Mar estarem inalando metano e outros gases resultantes da decomposição, como os produzidos por certas algas, que podem ser prejudiciais à saúde. Vive-se em um cenário de recorrentes alagamentos e, embora a Beira-Mar em si não alague com frequência, áreas adjacentes são afetadas. As consequências da falta de saneamento adequado se espalham para outros bairros, como o Santa Mônica. O professor cita ainda o caso de enchentes em frente ao Shopping Villa Romana, quando seria fundamental que a população tivesse informações confiáveis para saber, por exemplo, se poderia ou não entrar em contato com a água. Um bom monitoramento e diagnóstico permitem à sociedade entender seu cotidiano e se preparar diante de eventos extremos, cada vez mais comuns em função das mudanças climáticas.

Em sua avaliação, o projeto é ineficiente e deveria considerar mais seriamente os rios da cidade. Ele insiste nesse ponto, lembrando que existe uma lei que tem sido ignorada, mas cuja relevância levou o vereador Marquito a apresentá-la na Assembleia Geral da ONU. Para ele, é preciso valorizar essa lei e investir na renaturalização dos rios, seguindo um caminho oposto ao adotado pela URA.

Sobre o papel das Universidades, destaca que elas contam com cursos de graduação e pós-graduação voltados ao saneamento básico. Ressalta a importância de trazer a ciência para esse debate, considerando o saneamento não como uma commodity, mas como um bem comum, que não deve ser tratado com foco em lucro. O saneamento desempenha múltiplos papéis: além da saúde humana, deve também contemplar a sanidade planetária e a preservação ecológica. Ele aponta que o saneamento pode ser um aliado no enfrentamento da crise climática e da perda de biodiversidade, mas que, atualmente, o sistema se limita a atender legislações e burocracias, sem remover poluentes emergentes. Lembra que na Lagoa da Conceição já foram detectados antibióticos e outros

poluentes e que os resultados poderiam ser ainda piores se a análise fosse feita na Beira-Mar Norte. A água deve ser descontaminada considerando a ampla diversidade de poluentes que recebe diariamente.

No campo das soluções baseadas na natureza, cita o projeto “Ecoando Sustentabilidade”, que propõe a utilização da área próxima ao aeroporto de Florianópolis para iniciativas de baixo carbono ou como espaço de contingência para saneamento. Essa região, com dezenas de hectares ainda disponíveis, poderia ser um espaço estratégico para tratamento, especialmente no sul da Ilha, onde há maior carência. Ele destaca o uso de algas em seu próprio laboratório como um exemplo de método inovador, econômico e capaz de remover poluentes emergentes, permitindo o reuso da água com segurança sanitária e ecológica.

Aponta ainda que o método utilizado pela URA deve ser revisado, já que, em períodos de chuva, o volume de água aumenta e compromete a eficiência do tratamento. Ele menciona também os Wetlands, áreas úmidas que poderiam se transformar em parques para aves e espaços de lazer para a população, além de contribuir para a remoção de poluentes, absorção de carbono e redução da emissão de gases como metano e óxido nitroso. Para ele, a ausência de iniciativas nesse sentido está diretamente ligada à falta de legislação adequada.

Outro ponto levantado é a limitada capacidade de produção de água da Ilha. Florianópolis possui um lençol freático pequeno, cercado por água salgada, que já está bastante comprometido. As águas superficiais, por sua vez, estão morrendo devido à eutrofização, como ocorre nos rios do Brás, Sangrador e no Riozinho do Campeche. Hoje, a cidade importa 14 vezes mais água do que é capaz de produzir, o que levanta uma discussão urgente sobre sua capacidade de suporte. O professor reforça que é preciso debater, de forma responsável e sem demagogia, quantas pessoas podem morar na Ilha. Ele menciona o exemplo de investidores que, ao considerar negócios em Florianópolis, querem garantias de que poderão usufruir das praias com segurança. Em locais como Canasvieiras, o sistema já está saturado, apresentando pontos impróprios para banho inclusive no inverno.

Cita como exemplo positivo o modelo de Fernando de Noronha, onde há gestão rigorosa da capacidade de suporte, incluindo o controle de entrada e saída de pessoas e a cobrança para usufruir da ilha. Para ele, Florianópolis precisa debater questões

ambientais, sociais e econômicas de forma integrada, de modo a evitar o colapso de seus sistemas naturais e urbanos.

Por fim, ele acredita que não houve diálogo suficiente em torno do projeto da URA. As informações disponíveis são desconstruídas e não existe um portal que apresente dados sobre parâmetros essenciais, como oxigênio dissolvido, que permitiriam avaliar melhor a saúde das águas. Hoje, as informações divulgadas se limitam à quantidade de efluente tratado, o que não é suficiente. Ele defende a criação de um portal acessível, que apresente informações detalhadas de forma clara e permita à população acompanhar de fato o que está sendo feito. Para ele, falta um processo educativo e participativo, envolvendo universidades, especialistas e interlocutores que poderiam traduzir os dados técnicos e contribuir para aperfeiçoar métodos e processos. Na ausência de transparência, resta apenas à sociedade cobrar que essas informações sejam disponibilizadas.

5.3 Entrevista com Marcos Jose de Abreu (Marquito)

O Marquito, atual deputado, considera a URA um equipamento de saneamento importante, porém ela serve de mediação de um problema mais grave. Ele observa que o sistema, instalado em uma área nobre da cidade, evidencia que essa região não está conectada à rede de esgotamento sanitário, realizando seus lançamentos diretamente em córregos e rios. Assim, a URA acaba por mediar uma questão que poderia ser resolvida em sua origem. Nesse sentido, Marquito defende que é necessário um “trabalho mais firme”, de modo que residências, empreendimentos e condomínios sejam efetivamente conectados à rede de esgoto.

Na sua visão, o projeto não cumpriu com os objetivos propostos, pois foi um equipamento construído com a promessa de tornar a água balneável e que teria a descontaminação da Beira-Mar Norte. Essa ação foi uma solução isolada. Não haveria como resolver algo que é sistêmico e que precisa de um conjunto de ações de tratamento de esgoto, tanto na Ilha quanto no Continente para que assim possa alcançar os objetivos propostos.

Em relação ao envolvimento da população para a construção desse projeto, Marquito informou que atualmente o saneamento é concedido pela Casan, ou seja, todos

os equipamentos relacionados a isso são de responsabilidade da Casan. Neste caso a prefeitura colocou um recurso próprio, de valor considerável, sem colocar isso em debate público.

O Conselho de Saneamento, segundo ele, que é o controle social da política, assim como a comunidade, não teve participação para saber se esse projeto deveria ser tratado como prioridade, até porque a URA não estava prevista no plano de saneamento da cidade.

Também ressalta que não houve um processo transparente de participação, não havia informações bem definidas do custo total e do alcance do objetivo. O poder público deve ter um plano estratégico bem definido e isso se constrói em espaços de controle social. Ele acredita que o Conselho de Saneamento e o Conselho da Cidade articulariam melhor a construção desse tipo de equipamento, considerando as perspectivas que estão colocadas no Plano Diretor. Esses são mecanismos para que o investimento público seja mais eficiente e alcance os objetivos propostos.

No que tange ao saneamento, é importante ter ações articuladas com os outros municípios do entorno, sendo executada em conjunto com Biguaçu, Palhoça e São José. Assim, reforça que a condição de “hiper contaminação” – entendida como intensificação e sobreposição de múltiplos processos contaminantes em um mesmo ecossistema urbano – das Baías Norte e Sul são resultados da atividade e da ausência de equipamentos de saneamento dos quatro municípios da região.

Destaca também que é fundamental ouvir a ciência, as universidades e os pesquisadores que se dedicam ao tema, e que estes poderiam contribuir de forma significativa na melhora do processo de decisão.

Ao falar sobre o que ele acha que a população tem de percepção sobre o projeto, acredita ser contraditório, muitas pessoas acham que é positivo, pois qualquer equipamento que trate um pouco já é considerado bom; em contrapartida, há pessoas que falam que “podia ter sido melhor usado esse recurso” e isso é exemplificado com o anúncio da Marina, um aterramento que será realizado naquela mesma região. Na visão do Marquito, com essa nova obra, a URA perderia a sua funcionalidade, reforçando a ideia de que o investimento poderia ter sido melhor utilizado

5.4 Entrevista com Gean Loureiro

Ao ser questionado sobre sua percepção em relação ao projeto, Gean, ex-prefeito responsável por aceitar o projeto, recordou que, antes da implementação da URA, a Beira-Mar apresentava um odor constante de esgoto. Diante desse cenário, iniciou-se a discussão sobre a instalação da unidade, proposta que surgiu a partir de estudos técnicos da Casan, concessionária responsável pelos serviços de saneamento em Florianópolis.

Ele destaca que a empresa possui uma grande dívida com o município, uma vez que Florianópolis sustenta financeiramente a Casan com um percentual elevado de arrecadação, o que permite à concessionária manter contratos em outras cidades. Segundo ele, caso o município optasse por romper o contrato, a sobrevivência da empresa seria dificultada. Ao mesmo tempo, ressalta que os moradores pagam uma taxa de esgoto elevada e que esse recurso não retorna para a cidade. Embora Florianópolis tenha uma boa capacidade de abastecimento de água, o índice de captação e tratamento de esgoto era baixo e havia a meta de chegar a 75% quando o projeto foi proposto.

Gean relata que, ao receber a proposta, se deparou com duas possibilidades: recusar, o que impediria a vinda dos recursos para a cidade, ou tentar viabilizar a execução. Foi informado sobre a existência de ligações clandestinas de esgoto e a intensa poluição que chegava à Beira-Mar. Apesar da existência do programa “Se Liga na Rede”, considerava que ele não era suficiente, pois a drenagem não conduzia apenas água da chuva, mas também água contaminada.

Com a decisão pela implementação, surgiram questionamentos populares como “vai poder tomar banho na Beira-Mar ou não?”. Gean afirma que respondia que não tomaria banho no local e relembrou que essa expectativa existe desde a década de 1970, quando campanhas prometiam tornar a área própria para banho, o que nunca se concretizou. Ressalta ainda que essa não era sua principal preocupação. A URA realizava a coleta em quatro pontos diferentes, tratava a água e a lançava no mar com alto grau de pureza. Entretanto, em períodos de chuva intensa, a unidade não conseguia captar todo o volume. Segundo ele, seria necessário ampliar a capacidade, pois até mesmo em períodos de pouca chuva o desempenho diminuía, embora em determinados momentos alguns pontos tenham chegado a ser considerados próprios para banho.

Para Gean, o grande projeto pensado para a região da Beira-Mar Norte é a Marina, considerando que o local possui estrutura adequada para isso, além da criação de um

parque urbano. Ainda assim, acredita que a URA “valeu a pena”, pois, sem ela, o investimento seria perdido e a cidade continuaria despejando uma carga poluente até cinquenta vezes maior do que a atual. Além disso, os espaços de convivência que hoje existem na região não seriam possíveis, já que o mau cheiro inviabilizava a permanência no local. Assim, mesmo não tendo tornado a área balneável, considera que a medida foi ambientalmente correta. Enfatiza que o ideal seria a inexistência de qualquer lançamento de esgoto; contudo, até que isso seja alcançado, o processo demandará tempo. Nesse caso, “o ótimo é inimigo do bom” — por isso, optou-se por tratar os efluentes, a fim de reduzir o impacto ambiental que ocorreria caso fossem lançados diretamente ao mar.

Por fim, pontuou que não se tratou de uma decisão fácil, tampouco de um consenso, uma vez que havia moradores contrários ao projeto, os quais alegavam que os “pobres desceriam dos morros para tomar banho em frente às suas casas”. Ressaltou que esse tipo de debate exige diálogo permanente na gestão pública, pois os conflitos sociais são inúmeros e demandam negociação contínua.

5.5 Entrevista com Rode Martins e Salomão Mattos Sobrinho da Associação FloripAmanhã

De acordo com Rode, é muito válida a preocupação de instalar um equipamento para despoluir a Baía Norte e ela considera isso extremamente importante. Contudo, as plaquinhas de “impróprio para banho” continuam no local, revelando a realidade. Acredita que é necessário ter a URA, mas que é preciso fazer mais, pois a despoluição da Beira-Mar depende de um conjunto de ações. Ressalta que não se trata apenas do esgoto lançado de forma inadequada, mas também da lavagem das cidades: óleos, graxas, gasolina, resíduos sólidos que ficam nas ruas e são levados pela chuva para a baía, ou seja, não é só o esgoto clandestino. Por isso, diz que um sistema de drenagem é fundamental, pois foi assim que países desenvolvidos resolveram esse problema. Na visão dela, Florianópolis tem condição de fazer um projeto piloto com ambição real de despoluir a Beira-Mar.

Rode também considera de extrema importância o retorno econômico que poderia ser melhor aproveitado, já que a via gastronômica está na orla, assim como áreas de lazer, corrida, esporte e hotéis que reforçam esse potencial. Além disso, a despoluição atenderia

uma parcela da população que não tem tempo ou recursos para buscar lazer longe de casa, principalmente nos dias mais quentes da cidade. Para ela, a URA é importante, mas ainda pequena diante do conjunto de ações necessárias para despoluir a Beira-Mar.

Ela pontua também que a coleta de lixo em Florianópolis é arcaica. O modelo de coleta de porta em porta faz com que o resíduo fique exposto a animais e pessoas, que acabam espalhando ainda mais o lixo pela cidade, e quando chove, tudo vai para o bueiro. Ressalta que a Casan tem vários problemas, mas este não é um deles. O ideal, na visão dela, seria uma concessão pública para o sistema de águas pluviais, ao menos na bacia de Florianópolis. Como exemplo, cita Portugal, que utiliza grandes contentores subterrâneos para armazenar o lixo, o que considera ótimo para evitar o espalhamento. Acredita que a população iria aderir à ideia, mas falta ambição nessas questões. Apesar da responsabilidade dos políticos, reforça que a sociedade também precisa fazer sua parte, independentemente de quem esteja no governo. Usou o exemplo de um síndico que precisa gerenciar o condomínio, como o poder executivo, e a sociedade dizendo: “temos a ambição de alcançar esses resultados, vamos dividir a tarefa, mas queremos isso”. De forma geral, afirmou que “A URA serviu como um aperitivo, mas a população quer o prato principal”.

Salomão destacou que a prefeitura tem fiscalizado casa a casa para identificar quem está despejando água direto na rede pluvial. É um trabalho difícil, ainda mais considerando que existe um rio passando por baixo da cidade. Isso, somado ao fato de a água da baía ser pouco movimentada e ter recebido esgoto por anos, gerando acúmulo de lodo, torna a despoluição ainda mais complexa. Na opinião dele, sem base em estudo técnico, se tivesse um fluxo maior de circulação na própria baía, talvez ela não ficasse tão poluída.

Sobre a participação da população na construção do projeto, Rode afirma que não houve escuta. Segundo ela, o poder público identificou uma situação que exigia resposta e simplesmente respondeu daquela forma. No entanto, ela não atribui toda a culpa ao poder público. Na sua visão, a sociedade é infantilizada e, quando há abertura para debate, os espaços acabam sendo ocupados por discussões que fogem do objetivo. As falas se tornam enviesadas, como se houvesse um “grande pai” e vários “filhos” apontando e dizendo “você não presta”, “você não é bom”, sem conseguir reconhecer que todos possuem limitações e que é preciso analisar coletivamente a melhor solução. Para ela, o

poder público precisa se reinventar para criar formas de escuta que sejam realmente úteis, porque, atualmente, acredita que esse processo não funciona bem. Informou que mais de 50% das contribuições em consultas públicas são direcionadas a atacar autoridades, com discursos focados em “minha raiva”, “meu ódio”, “o quanto eu odeio vocês”. Como exemplo, citou o Plano Diretor, em que havia pessoas que levavam tambores para fazer barulho, dificultando uma discussão produtiva. Na sua visão, a população ainda não aprendeu a dialogar e entender que todos fazem parte do mesmo “condomínio”, que é o planeta, e que é preciso paciência, escuta ativa e participação contributiva.

Ainda nesse ponto, ela acredita que o Poder Público Municipal esteja aprendendo a desenvolver metodologias de escuta com contribuição real. Na sua percepção, como integrante do Conselho, entende que o Poder Público ainda tem muito medo de ouvir e, por isso, realiza ações de forma mais reservada, não por maldade, mas por falta de maturidade das pessoas. A segunda ferramenta que ela considera importante é a setorização do debate, chamando para a mesa diferentes atores que possam contribuir com o projeto, como profissionais da engenharia e representantes de instituições que já trabalham com temas relacionados. A ideia é ouvir pessoas bem selecionadas para apoiar o poder público, que hoje tem muitas demandas e, sem a colaboração da sociedade, continuará trabalhando muito com poucos resultados.

Salomão reforçou o ponto trazido por Rode sobre a participação comunitária e relatou que, recentemente, participou de uma reunião promovida por um secretário, em um formato semelhante a um “consultório”, onde os participantes puderam trocar ideias. Dessa conversa surgiram diversas contribuições, objetivos e propostas, que foram ouvidas e encaminhadas para um grupo específico analisar e trabalhar com as sugestões. No entanto, no caso da URA, ele acredita que esse tipo de participação não aconteceu, embora reconheça que houve participação técnica autorizada.

Sobre a transparência, ele informou que, na época da implantação, estava bem informado em relação aos custos, à execução e aos benefícios esperados. Alguns desses benefícios, como a possibilidade de tomar banho no mar no dia seguinte à instalação, ele já não acreditava. Ainda assim, considera que a população foi bem informada, mesmo sem audiência pública. Rode também acredita que o projeto teve publicidade adequada e que o impacto foi mais financeiro do que negativo. Para ela, a Casan não deveria operar esse tipo de projeto, e sim uma empresa concessionada de drenagem. Nesse sentido,

agora, com a operação da URA, é que há falta de transparência, pois faltam respostas para questões como “como está funcionando?”, “quais são os problemas?” e “por que não está sendo suficiente?”. Ela aponta que houve um esquecimento, algo típico do Brasil: muita polêmica na instalação e pouca polêmica na operação. Atualmente, não encontra mais placas sinalizando o que é a URA e percebe que não há mais preocupação com o tema. Na sua opinião, a Casan realizou o projeto por uma razão política e não jurídica, já que esse tipo de obra não seria obrigação da companhia.

Salomão destacou que, normalmente, a obra é feita, mas a manutenção é esquecida. Se a URA não está dando conta, é preciso questionar o motivo. Deve-se buscar outra solução com tecnologia mais especializada e técnicos preparados para lidar com esse tipo de situação, especialmente em uma área que possui um rio passando por debaixo da cidade. Rode complementou dizendo que, se fosse consultora do município e fosse questionada sobre o que fazer, responderia que o caminho seria investir em um bom projeto de manejo de águas pluviais com o devido dimensionamento.

Rode citou que, em países desenvolvidos, eles não apenas constroem grandes reservatórios e os deixam inutilizados. Pelo contrário, transformam esses espaços, conhecidos como piscinões, em áreas multifuncionais. Quando não estão cheios, funcionam como anfiteatros, pistas de skate ou áreas de lazer onde as pessoas se divertem. Esses espaços podem ser bifuncionais, servindo como áreas de acúmulo de água da chuva em períodos de chuva intensa. Ela pontuou que, primeiramente, deve-se investir em manejo de águas pluviais com técnicas modernas e tecnologia passiva. O segundo ponto é revisar a disposição temporária dos resíduos sólidos, pois a presença de vetores e a poluição dos recursos hídricos são grandes problemas. Reforçou que o município está no caminho certo e que o projeto está conectado à rede, mas ainda precisa ser complementado com outros programas permanentes. Se tudo isso fosse implementado, os cidadãos seriam amplamente beneficiados, evitando terrenos sujeitos a alagamentos, garantindo recursos hídricos balneáveis e reduzindo o impacto no trânsito, evitando congestionamentos em direção ao norte e ao sul da ilha.

Salomão ressaltou que as pessoas que moram próximas à Beira-Mar não são contra a URA. Na sua percepção, a maioria considera algo útil, embora reconheça que existam problemas. Para Rode, na sua convivência, as pessoas dizem que é uma pena ter

somente a URA e acreditam que poderia haver mais. Na visão dela, existe um sentimento coletivo de que se pode e se deve fazer mais.

5.6 Entrevista com moradores da Beira-Mar Norte

Os moradores informaram que vivem há oito anos na região próxima à Beira-Mar Norte e estavam cientes do projeto da Unidade de Recuperação Ambiental (URA), instalado em 2019, com objetivo de despoluir a área. A expectativa inicial era positiva, especialmente com divulgação local, como na Praça Celso Gomes e em jornais de bairro. Eles observaram placas em um trecho da Beira-Mar indicando "próprio para banho" no início, mas posteriormente estas foram trocadas para "impróprio", o que gerou frustração entre os moradores.

O casal de moradores relata que tinham vizinhos que chegaram a utilizar a área para banho, mas a situação foi revertida rapidamente e os moradores sentiram que o projeto não cumpriu o que foi prometido, representando desperdício de trabalho e recursos.

Com relação à participação dos moradores sobre o projeto, dizem que não foram consultados e não participaram de reuniões ou processos de decisão relacionados ao projeto.

Alegam que, se houve convites ou notificações, não chegaram até eles, e normalmente quem recebe esse tipo de comunicação é o síndico do prédio. Também informaram que não houve qualquer tipo de transparência ou retorno público sobre o andamento ou os resultados do projeto; a comunidade permaneceu desinformada.

Outro ponto relevante que comentaram é da existência de resistência de alguns moradores à execução de projetos na região, por medo de barulho, valorização excessiva de áreas ou mudanças no perfil do bairro, além de associações negativas com outros projetos como portos. Apesar disso, eles dizem que havia grande expectativa de valorização dos imóveis e de maior “animação” na Beira-Mar, caso o projeto tivesse funcionado.

Os moradores mencionaram possíveis falhas técnicas, como a falta de capacidade da estrutura para lidar com o volume de água contaminada — especialmente em função das ligações clandestinas e do esgoto lançado durante os períodos de chuva. Ressaltaram

que, por se tratar de uma baía com baixa circulação de água, o problema se agrava. Acreditam que o sistema não comporta a demanda existente e, por isso, o projeto não alcançou o objetivo de tornar a área balneável. Para eles, seria altamente positivo contar com uma Beira-Mar despoluída, observando que, em outras cidades onde a orla é balneável, o ambiente é mais dinâmico e os imóveis são significativamente valorizados.

5.7 Discussão com Base na TRS

À luz da TRS, as falas ancoram o problema em repertórios distintos: o especialista associa saneamento a direito social e política sistêmica; o agente político à universalização da rede e articulação regional; o ex-prefeito à mitigação incremental e ao uso urbano da orla; a associação à ideia de primeiro passo; moradores à expectativa de balneabilidade e qualidade de vida. Esses repertórios objetivam imagens concorrentes da URA: “equipamento ineficaz”, “mediação necessária porém insuficiente”, “avanço parcial”, “aperitivo”. O confronto com as metas formais de balneabilidade mostra desalinhamento entre intenção e resultados, o que reforça a centralidade da transparência ativa e de soluções complementares como wetlands/renaturalização para atacar causas estruturais.

5.7.1 Efetividade do Projeto

A análise do documento e das entrevistas revela que o objetivo central do projeto, de despoluir a Beira-Mar Norte, não foi alcançado, evidenciando falhas estruturais. As falas do professor Paulo Horta apresentam uma representação social crítica da URA, demonstrando que, para ele, o saneamento deve ser um direito social universal, não uma mercadoria. Essa visão reforça o argumento de que projetos de saneamento não podem privilegiar o lucro ou resultados superficiais, mas sim atender a uma política pública de saúde ambiental abrangente. Sua crítica à ineficiência prática da URA reflete um posicionamento científico, integrado à defesa da função social do saneamento, destacando a importância de políticas que atuem na raiz dos problemas ambientais e sociais.

A perspectiva de Gean, traz um contraponto ao destacar benefícios práticos do projeto para a cidade. Segundo ele, a URA possibilitou a criação de espaços de

convivência hoje utilizados pela população, algo que antes era inviabilizado pelo forte odor da região. Em sua compreensão, a estação contribuiu ao reduzir a carga de poluentes e minimizar parte dos impactos ambientais, configurando-se como um avanço relevante. Ainda assim, Gean reconhece que a estrutura atual não é suficiente e defende a ampliação da capacidade do sistema para alcançar melhores resultados.

O relato de Marquito reforça essa representação social crítica, ao reconhecer a URA como uma solução mediadora, porém, insuficiente para resolver o problema estrutural do saneamento, que exige universalização do acesso à rede de esgoto e articulações regionais sistêmicas com municípios vizinhos. Essa visão aponta para a necessidade de um planejamento integrado e coletivo na gestão do saneamento.

Rode e Salomão refletem outra representação social, que entende a URA como um primeiro passo necessário, mas insuficiente ("aperitivo") diante das demandas maiores da poluição e da saúde pública. Os moradores se dizem frustrados frente à insuficiência estrutural da URA. Assim, as representações sociais dos diversos atores sociais convergem para a crítica ao projeto pela falta de efetividade real, embora se reconheçam os esforços iniciais.

5.7.2 Transparência da informação e participação social

A ausência de um portal de dados técnicos claros em relação à qualidade da água e operação da URA destaca um problema central nas representações sociais da transparência e da participação. O professor Paulo Horta, por sua base científica, percebe que a falta de dados compromete o planejamento urbano, e a saúde pública. Esse discurso cria uma representação social que valoriza o conhecimento técnico aberto como ferramenta de democratização das decisões públicas.

Marquito, com sua experiência legislativa, aponta a invisibilidade da participação popular e dos conselhos deliberativos no processo decisório da URA, destacando a reprodução de uma lógica que fragiliza a legitimidade social das políticas públicas. Esse quadro reflete disputas simbólicas e de poder, onde a ausência do diálogo fortalece narrativas de desconfiança e insegurança social.

Rode traz uma representação social da participação limitada, evidenciando que o engajamento popular está permeado por dificuldades, rupturas e padrões de infantilização

social, consequência das frustrações significativas na relação Estado-sociedade. Rode sugere a necessidade de metodologias efetivas de escuta e diálogo, fundamentadas em processos focados e maduros, o que indica um caminho para a transformação das relações sociais e a construção coletiva de soluções.

Os moradores refletem uma representação social de exclusão e desinformação, que reforça a percepção de falta de diálogo e corresponsabilidade nas decisões que impactam suas vidas. Mesmo com a existência de um portal do IMA, a ausência de transparência efetiva, especialmente sobre custos operacionais e dados relevantes, reforça o sentimento de descontentamento e descrença.

5.7.3 Percepção da população

O projeto URA emerge no campo das representações sociais como uma resposta às pressões sociais e desgaste em torno da poluição da Beira-Mar Norte. A ambivalência observada por Marquito na população, entre valorização e crítica, espelha as múltiplas e contraditórias representações sociais em torno da URA, típicas das disputas simbólicas no espaço público.

A visão de Gean destaca outro aspecto importante do debate social em torno do projeto. Ele aponta que iniciativas como essa tendem a gerar discussões públicas: enquanto parte da população demonstrava expectativa positiva, questionando se seria possível recuperar a balneabilidade e possibilitar banhos no local, outro grupo manifestava resistência ao projeto. Segundo ele, havia preocupações de moradores sobre quem iria ocupar e usufruir os novos espaços públicos, incluindo discursos que expressavam temor em relação à presença de moradores dos morros. Essa percepção evidencia que, além de questões ambientais e de infraestrutura, o projeto também mobilizou tensões sociais e simbólicas relacionadas ao uso do espaço urbano e ao acesso democrático à cidade

Salomão e Rode relatam a percepção majoritária de utilidade da URA pela população próxima, mas com a consciência coletiva da necessidade de ações complementares. Já os moradores manifestam expectativas socioeconômicas, como valorização imobiliária e melhorias culturais, mas também dizem que há resistências de

alguns moradores vinculadas a transformações sociais e ambientais percebidas como ameaçadoras.

5.7.4 Sustentabilidade e alternativas

As entrevistas revelam a importância das representações sociais que valorizam soluções sustentáveis e inovadoras, exemplarmente defendidas pelo professor Paulo Horta, que propõe os Wetlands e o uso de algas como alternativas para tratamento e reuso de água. Sua defesa, alicerçada em conhecimento técnico e científico, mostra a convergência da TRS com a inovação social e o reconhecimento de múltiplas dimensões do saneamento: ambiental, social e econômica.

A crítica à ausência de valorização dos rios naturais e a defesa da renaturalização, com respaldo legal e político, destacam o potencial transformador dessas representações em ação, atores que agem para alterar o quadro atual.

Na perspectiva de Gean, ele destaca que originalmente o grande projeto pensado para aquela região envolvia a implantação de uma marina e a construção de um parque urbano integrado à orla. Em sua visão, essa proposta ampliaria significativamente o aproveitamento do espaço público. Ao mencionar esse plano, é possível analisar que Gean evidencia como diferentes visões de planejamento urbano coexistem e competem, influenciando a percepção pública com visão mais urbanística, sobre o potencial da Beira-Mar Norte.

Rode traz soluções internacionais, como sistemas modernos de manejo de lixo e reservatórios multifuncionais, que exemplificam o potencial das representações sociais para estimular a imigração de práticas exitosas e adaptação às realidades locais. Também destaca a importância de espaços bifuncionais, servindo de armazenamento da água da chuva, evitando enchentes e também para lazer em períodos de seca. Essa mesma ideia foi expressa pelo professor Paulo Horta.

Apesar disso, observa-se também a dificuldade de implementação de algumas dessas propostas, em razão da burocracia e ausência de legislação adequada, reforçando a necessidade de um papel ativo da universidade e dos especialistas para influenciar políticas públicas fundamentadas em evidências.

5.7.5 Triangulação

Para integrar as evidências provenientes do documento oficial e das entrevistas, procedeu-se à triangulação, método que reúne múltiplas fontes e perspectivas analíticas a fim de aumentar a validade interpretativa e identificar convergências e tensões entre a narrativa institucional e as representações sociais dos atores. Os Quadros 1 e 2 a seguir sintetizam essa comparação por eixos temáticos (meta do projeto, transparência/participação, percepção da população, sustentabilidade/alternativas), permitindo visualizar os pontos de acordo e os descompassos entre metas declaradas, execução percebida e expectativas.

Quadro 1 – Triangulação de dados I

Aspectos / Fonte	Documento (Análise documental)	Professor Paulo Horta	Gean Loureiro
Meta principal do projeto	Recuperar a balneabilidade e criar espaço de lazer público, marcado por objetivos administrativos claros	URA ineficiente; saneamento como direito social, não commodity; reforço na necessidade de políticas públicas efetivas	Considera o projeto benéfico por gerar espaços de convivência e reduzir poluição; reconhece avanços, mas defende ampliação da capacidade
Transparência e participação	Ausência de informações completas sobre custo de operação e dados sobre resultados de monitoramento que deveriam ser implementados	Defende portal transparente com dados técnicos; participação via universidades e especialistas	Não foi possível obter resposta direta sobre esse aspecto na entrevista realizada; sua fala focou nas dinâmicas sociais e disputas pelo uso do espaço público, não abordando especificamente transparência da gestão
Percepção da população	Pressão social e desgaste na imagem da prefeitura; expectativa de que a obra melhora a balneabilidade	Constrói uma representação de que a ideia central é um bom ponto de partida, mas insatisfação com os resultados	Ressalta que o projeto gerou reações distintas: alguns esperavam balneabilidade, enquanto outros apresentaram resistência baseada em temores sociais sobre quem ocuparia o espaço

			(ex.: moradores dos morros)
Sustentabilidade e alternativas	Influência da gestão na implementação de ações integradas	Defende Wetlands, renaturalização de rios, uso de algas para remoção de poluentes e reuso seguro.	Não discute alternativas técnicas; aponta que o plano de ter uma área com marina + parque urbano poderia proporcionar melhor aproveitamento urbanístico, social e econômico

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Triangulação de dados II

Aspectos/Fontes	Marquito	Rode Martins e Salomão Mattos	Moradores Beira-Mar Norte
Meta principal do projeto	URA mediadora; necessidade universalização e articulação regional do saneamento.	URA é considerada como apenas um primeiro passo; problema complexo requer ações complementares.	Tinham expectativas de melhoria mas perceberam insuficiências na efetividade do projeto
Transparência e participação	Crítica ausência de debate público e participação dos conselhos;	Aponta inconsistências na continuidade do projeto e dificuldade de controle social efetivo	Falta de consulta e diálogo efetivo; população desinformada e sem retorno sobre andamento do projeto.
Percepção da população	Percepção social ambivalente com reconhecimento do esforço, mas insatisfação com os resultados e a gestão	População acha a URA útil, mas insuficiente; sentimento coletivo que se deve fazer mais.	Moradores esperavam valorização imobiliária e melhorias; contudo também há resistência da população as mudanças e receios locais.
Sustentabilidade e alternativas	Direcionamento para planejamento integrado com municípios vizinhos.	Aponta exemplos internacionais de manejo moderno de água e lixo; necessidade de programas complementares permanentes.	Não abordado diretamente pelos moradores

Fonte: Elaborado pela autora

A leitura cruzada dos quadros evidencia convergência na noção de que a URA, embora relevante, é insuficiente para assegurar a balneabilidade, e divergência quanto à ênfase de cada ator: especialistas sublinham causas estruturais e soluções baseadas na natureza; gestores valorizam ganhos urbanísticos e defendem ampliação; sociedade civil e moradores demandam transparência ativa e planejamento integrado. Em termos de política pública, o achado central é a necessidade de reconfigurar o arranjo de governança, com dados abertos e participação contínua, para orientar decisões técnicas e orçamentárias. Esses elementos fundamentam as recomendações apresentadas na conclusão.

Com base na triangulação, organizou-se um quadro de avaliação que relaciona objetivos declarados do projeto às evidências coletadas, derivando conclusões transparentes sobre a aderência entre intenção e resultados. Esse dispositivo facilita o alinhamento lógico entre problema, objetivos, método e achados, cumprindo as exigências de sistematização científica e tornando explícitos os critérios de julgamento empregados.

Quadro 3 – Objetivos x Evidências x Conclusão

Objetivos	Evidências	Conclusão
Meta oficial: recuperar a balneabilidade de trecho e qualificar o uso público	Balneabilidade intermitente e, em geral, não sustentada; ganhos de uso da orla e redução de odor	Meta parcialmente atendida; eficácia limitada sem ações sistêmicas
Transparência: Prometida nos documentos (monitoramento/operar 90 dias)	Ausência de portal com dados operacionais e indicadores consolidados	Insuficiência de transparência ativa
Participação: Controle social e governança	Pouca escuta pública e conselho pouco acionado no desenho do projeto	Governança participativa frágil

Fonte: Elaborado pela autora

A síntese confirma atendimento parcial da meta de balneabilidade, déficits de transparência ativa e fragilidade de governança participativa. Ao mesmo tempo, registra-se percepção de avanços na fruição do espaço e na redução de odores. O quadro reforça a hipótese central: sem integração entre URA, fiscalização de ligações, gestão de drenagem e soluções baseadas na natureza, a efetividade permanece limitada. Essas conclusões sustentam as recomendações operacionais e institucionais finalizadas na seção de conclusão.

6 CONCLUSÃO

A análise conduzida neste Trabalho de Curso permite concluir que a Unidade de Recuperação Ambiental (URA) da Beira-Mar Norte foi concebida como resposta administrativa a um problema histórico de poluição costeira, com promessas explícitas de recuperação da balneabilidade e de requalificação do uso público da orla. Os documentos oficiais obtidos via e-SIC registram metas e um escopo operacional claro, inclusive com menções a monitoramento e operação inicial por 90 dias, além de requisitos técnicos e de governança do projeto, o que evidencia um desenho administrativo estruturado. Entretanto, a comparação entre tais metas e as evidências empíricas reunidas por meio de entrevistas e análise documental indica que a efetividade alcançada é parcial e intermitente, não assegurando a balneabilidade de forma sustentada no trecho analisado.

À luz da Teoria das Representações Sociais, emergem repertórios que ajudam a compreender por que a URA, embora relevante, não resolve o passivo estrutural do saneamento. O especialista ancora o fenômeno no direito social ao saneamento e objetifica a URA como “insuficiente isoladamente”; o agente político, por sua vez, reconhece ganhos urbanísticos e de fruição do espaço, mas admite a necessidade de ampliação e ações complementares; representantes da sociedade civil organizada entendem a URA como “primeiro passo” que precisa ser integrado a um planejamento sistêmico; e moradores revelam uma mescla de esperança de valorização e qualidade de vida com frustração frente à persistência da água imprópria. A convergência dessas vozes reforça que a URA tem papel mediador e simbólico no debate público, mas não substitui a universalização do esgotamento sanitário, a correção de ligações irregulares e a adoção de soluções baseadas na natureza.

Outro eixo crítico refere-se à transparência e ao controle social. Ainda que o IMA publique boletins de balneabilidade, faltam séries históricas e dados operacionais específicos da URA (parâmetros de entrada e saída, volumes tratados, custos de operação e manutenção) em formato aberto e com periodicidade definida. A indisponibilidade de dados consolidados dificulta a avaliação pública do desempenho e a comparação entre o antes e o depois da instalação do sistema, reduzindo a capacidade de accountability e aprendizado institucional. A participação social, por sua vez, aparece episódica, sem instrumentos permanentes de diálogo (ex.: comitê consultivo com atas e relatórios

públicos), o que alimenta percepções de opacidade e distancia a população do acompanhamento cotidiano do projeto.

No plano técnico-operacional, as evidências levantadas e a literatura setorial sugerem que soluções híbridas são mais promissoras: URA como componente de contenção/mitigação acoplada a um programa robusto de fiscalização e regularização de ligações (caso “Se Liga na Rede”), à gestão integrada de drenagem (redução de conexões cruzadas e controle de carga difusa) e à implementação de soluções baseadas na natureza (wetlands construídos, renaturalização de rios urbanos e zonas de amortecimento). Essas estratégias tendem a atuar nas causas estruturais da contaminação, ao invés de apenas tratar seus efeitos, e alinham-se às representações sociais mais compartilhadas de longo prazo (saúde pública, direito à cidade, sustentabilidade).

Do ponto de vista político-administrativo, o caso reforça que intervenções de alto apelo simbólico precisam ser acompanhadas de governança cooperativa e transparência ativa. A criação de um painel público (com séries temporais de coliformes, vazões, eficiência por etapa, indisponibilidades, custos e metas), a institucionalização de um comitê intermunicipal de bacia e a inclusão de indicadores de resultado em contratos e termos de referência podem reduzir assimetrias de informação, legitimar decisões e orientar investimentos complementares. Além disso, recomenda-se a previsão de avaliações independentes periódicas, com publicação dos relatórios técnicos e respostas formais dos órgãos responsáveis, para fechar o ciclo de políticas públicas (formulação, implementação, avaliação e correção de rota).

Em síntese, o estudo conclui que a URA materializa um avanço parcial: melhora a percepção de uso urbano e colabora para reduzir cargas em episódios específicos, mas não sustenta a balneabilidade prometida sem um arranjo sistêmico de saneamento e drenagem. As representações sociais analisadas convergem para um mandato de ação pública: integrar tecnologia, natureza e governança, com dados abertos e participação contínua. O caminho da despoluição da Baía Norte é, portanto, estrutural, intersetorial e transparente, e passa por articular saneamento, drenagem, fiscalização, educação ambiental e soluções baseadas na natureza sob uma mesma estratégia metropolitana, monitorada por indicadores públicos e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **Abordagem societal das representações sociais.** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713–737, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWrCyyfqVfrzLX9x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO FLORIPAMANHÃ. **Agenda Floripa 2030/2040/2050.** Florianópolis: Associação FloripAmanhã, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTONI, L.; GALINKIN, A. **Teoria e métodos em representações sociais.** João Pessoa: Editora UESC, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

BOEIRA, S. L. **Aspectos da cultura política brasileira.** Material didático não publicado. Florianópolis: UFSC, 2025. 5 p.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Transparência pública no governo federal.** Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/transparencia-publica>. Disponível em: 20 abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARVALHO, P.; OLIVEIRA S.; BARCELLOS, F.; ASSIS, J. Gestão local e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005.

CASAN. **Casan compartilha informações sobre a URA Beira-Mar Norte**. Florianópolis, dez. 2020. Disponível em: <https://casan.com.br/noticia/index/url/casan-compartilha-informacoes-sobre-a-ura-beira-mar-norte#0>. Disponível em: 20 maio de 2025.

CECCA. **Uma cidade numa ilha**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 1997.

RAMOS, A. **História do saneamento básico de Florianópolis**. Florianópolis: CASAN, [s.d.]. Disponível em: <https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/historia-do-saneamento-basico-de-florianopolis#0>. Disponível em: 10 abril de 2025.

FLEURY, M.; WERLANG, S. **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. In: Fundação Getúlio Vargas. Anuário de Pesquisa GVPesquisa 2016-2017. São Paulo: FGV, 2016. p. 10-15.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesos em 10 de novembro de 2025.

GUARESCHI, P. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, ed.esp. temática, p. 33-46, 2000.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43–72.

G1 SC. Obras de despoluição da Beira-Mar Norte têm início em Florianópolis, diz Casan. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/obras-de-despoluicao-da-beira-mar-norte-tem-inicio-em-florianopolis-diz-casan.ghtml>. Acesso em: 10 abril de 2025.

LUZ, V. **Memórias do mar: modernização e segregação em Florianópolis, Santa Catarina**. *Revista Catarinense de História*, Chapecó, n. 40, 2022.

SANTA CATARINA. **Governo do Estado. Florianópolis ganha a Unidade de Recuperação Ambiental Beira-Mar Norte**. Florianópolis, 21 de março de 2019. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/florianopolis-ganha-a-unidade-de-recuperacao-ambiental-beira-mar-norte/>. Acesso em: 10 abril de 2025.

MAXIMIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. **Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Gean Loureiro. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1187-Gean_Loureiro. Disponível em: 18 de outubro de 2025.

MERICO, L. F. K. **Políticas públicas para a sustentabilidade**. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 251–262

MESQUITA, J. **Despoluição do mar em Florianópolis, será que funciona?**. abr. 2019. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/despoluicao-do-mar-em-florianopolis-sera-que-funciona/>. Disponível em 15 abril de 2025.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NEUMANN, L. **Sistema de balneabilidade da Beira-Mar Norte, em Florianópolis, é inaugurado**. mar. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sistema-de-balneabilidade-da-beira-mar-norte-em-florianopolis-e-inaugurado>. Acesso em 15 abril de 2025.

PASSOS, E.; OROFINO, F. O Saneamento Básico na Ilha. In: PEREIRA, N. (Org.). **Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente**. 1.ed. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

QUINTAS, J. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2.ed. Brasília: IBAMA, 2006.

REDAÇÃO ND. **Ainda poluída, Beira-Mar Norte de Florianópolis depende de ações a longo prazo; veja quais**. jul. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/ainda-poluida-beira-mar-norte-de-florianopolis-depende-de-aco-es-a-longo-prazo-veja-quais/>. Disponível em: 11 julho de 2025.

SALM, J.; MENEGASSO, M. **Os Modelos de Administração Pública como Estratégias Complementares para a coprodução do Bem Público**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 2 , n. 25, p. 97-120, set./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/21758077.2009v11n25p83/12590>. Disponível em: 7 abril de 2025.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Florianópolis ganha a Unidade de Recuperação Ambiental Beira-Mar Norte**. mar. 2019. Disponível em:

<https://estado.sc.gov.br/noticias/florianopolis-ganha-a-unidade-de-recuperacao-ambiental-beira-mar-norte/>. Disponível em: 20 abril de 2025.

SCHMIDT, M. E. **A gestão ambiental na administração pública**. 2018. 50 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

SEIFFERT, M. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SENGE-SC. **Casan e Prefeitura desenvolvem projeto para despoluir Beira-Mar Norte**. out. 2017. Disponível em: <https://www.senge-sc.org.br/casan-e-prefeitura-desenvolvem-projeto-para-despoluir-beira-mar-norte/>. Disponível em: 10 abril de 2025.

SILVA, Â. **Despoluição da Beira-Mar Norte na Capital convive com desconfiança por quaro anos e meio**. NSC TOTAL, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://casan.com.br/noticia/index/url/casan-compartilha-informacoes-sobre-a-ura-beira-mar-norte#0>. Disponível em: 11 de julho de 2025.

SILVA, Â. **Novo resultado negativo na água da Beira-Mar Norte faz Casan notificar empresa**. nov. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br//colunistas/anderson-silva/novo-resultado-negativo-na-agua-da-beira-mar-norte-faz-casan-notificar>. Disponível em 15 abril de 2025.

TREVISAN, A.; SARTORATO J.; MAESTRI, R. **Ura Beira Mar: Sistema complementar de esgotamento sanitário**. [2018?]. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/ura%20beira%20mar\(1\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/ura%20beira%20mar(1).pdf). Disponível em 20 de março de 2025.

VIOLA, E.; BOEIRA, S. L. **A experiência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil** (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4., 19 a

23 de novembro de 1990, Florianópolis. Anais... Florianópolis: IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente, UFSC, 1990. p. 41-99.

XIMENES, M. **Esgoto ao mar:** mais de 70% dos imóveis da Beira-Mar Norte estão irregulares. jan. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/esgoto-ao-mar-mais-de-70-dos-imoveis-da-beira-mar-norte-estao-irregulares/>. Disponível em 11 julho de 2025.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. Administração: ensino e pesquisa, pesquisa, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Vereador

- Qual é a sua percepção geral sobre a importância da URA da Beira-Mar Norte para a cidade de Florianópolis?
- Na sua visão, o projeto da URA cumpriu com os objetivos propostos inicialmente? Por quê?
- Como você avalia a participação da população nesse processo? Houve espaço para escuta e envolvimento efetivo?
- Em sua opinião, o projeto foi suficientemente transparente em relação aos custos, dados técnicos e impactos ambientais?
- Que avanços ou limitações você destacaria na execução e continuidade da URA?
- Como o poder público municipal poderia atuar de forma mais eficaz na condução de projetos ambientais como esse?
- Como você acredita que a população percebe o projeto da URA? Elas são positivas, negativas, contraditórias?

Professor da Federal de Santa Catarina

- Qual sua avaliação sobre o papel da URA como solução ambiental no contexto urbano de Florianópolis?
- Considerando os resultados visíveis até o momento, o projeto pode ser considerado bem-sucedido?
- A falta de informações públicas e técnicas afeta a confiabilidade do projeto?
- Como a universidade poderia colaborar mais ativamente em projetos como esse? Há iniciativas nesse sentido?

- Na sua análise, como as diferentes representações sociais (de moradores, empresas, gestores públicos) influenciam a aceitação ou resistência ao projeto?
- Você enxerga lacunas entre o discurso técnico e a percepção pública da URA?
- Qual seria, na sua opinião, um modelo ideal para a despoluição da beira mar norte?

Ong FloripAmanhã

- Qual é a percepção da sua organização sobre o papel da URA no enfrentamento dos problemas de saneamento da Beira-Mar Norte?
- Quais os principais pontos positivos e negativos do projeto?
- Você considera que houve falhas na comunicação e transparência das ações públicas relacionadas à URA?
- Como a sua ONG avalia o grau de participação da sociedade civil no planejamento e acompanhamento da URA?
- A balneabilidade da orla poderia trazer quais impactos (sociais, culturais, ambientais, econômicos)?
- Como sua organização acredita que o projeto é percebido hoje pela população e mídia local?

Moradores da Beira-mar

- Como vocês ficaram sabendo sobre a URA da Beira-Mar Norte? O que achou do projeto inicialmente?
- Na percepção de vocês, a URA cumpriu com o que foi prometido?
- Vocês sentem que teve oportunidade de participar ou dar opinião sobre o projeto?

- Vocês perceberam mudanças na qualidade ambiental da orla após a URA? Quais?
- O que vocês pensam sobre a transparência das informações oferecidas ao público sobre o funcionamento e resultados do projeto?
- Na opinião de vocês, a balneabilidade da Beira-Mar Norte afetaria positivamente seu cotidiano ou sua relação com o bairro?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Percepções sobre o Projeto de Despoluição da Beira-Mar Norte: gestão, transparência e sustentabilidade”, conduzida por Julia Iasmin Araujo da Silva Sousa, estudante do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Objetivo da Pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as percepções da população acerca do projeto citado, com foco nos aspectos de gestão, transparência e sustentabilidade.

Informações sobre os procedimentos

- A entrevista terá duração aproximada de 40 minutos.
- Será realizada gravação de áudio da entrevista ou anotações, exclusivamente para fins acadêmicos.
- As entrevistas serão transcritas com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial (IA) chamada Gemini, que converte o áudio em texto para facilitar a análise. A equipe revisará as transcrições para corrigir possíveis erros decorrentes do processamento automatizado.

Riscos e desconfortos

- Não há riscos físicos ou psicológicos previstos na participação.
- Caso sinta qualquer desconforto, você tem total liberdade para recusar responder a qualquer pergunta ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Voluntariedade

- Sua participação é totalmente voluntária.

- Você pode desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalização ou prejuízo.

Confidencialidade, anonimato e identificação voluntária

- Todas as informações coletadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade rigorosos.
- Não serão coletados dados pessoais identificáveis. Os resultados serão apresentados de forma anônima, sem qualquer identificação do participante.
- Os dados serão armazenados em local seguro, acessível somente à equipe de pesquisa, pelo período mínimo de 5 anos, conforme recomendação da Resolução CNS nº 466/2012. Após esse período, os dados serão destruídos de forma segura.
- Mesmo após a participação, você poderá solicitar a exclusão dos dados coletados, enquanto a análise estiver em andamento.
- O sigilo e o anonimato dos participantes são garantidos durante todas as etapas da pesquisa. Contudo, caso você deseje, tem a possibilidade de se identificar voluntariamente no momento do consentimento ou posteriormente, de acordo com sua vontade. Essa identificação é totalmente opcional e não traz nenhum impacto negativo ou positivo sobre sua participação ou os resultados da pesquisa.

Direitos relacionados à proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709/2018)

- O tratamento dos dados seguirá as diretrizes da LGPD, garantindo seus direitos, como o acesso, correção, portabilidade, eliminação dos dados e revogação do consentimento.
- Embora os dados coletados não sejam pessoais ou identificáveis, a pesquisa assegura que quaisquer informações que possam eventualmente identificar o participante não serão divulgadas.

Uso da inteligência artificial na transcrição

- A IA Gemini será usada exclusivamente para transformar o áudio em texto, facilitando o trabalho acadêmico.
- A transcrição pela IA será tratada com o mesmo rigor de sigilo e confidencialidade previstos para os dados da pesquisa.

- Nenhuma informação de identificação pessoal será exposta ou compartilhada durante o processo de transcrição.
- A responsável revisará e corrigirá possíveis erros na transcrição gerada automaticamente.
- A tecnologia possui limitações e eventuais falhas na transcrição poderão ocorrer, mas a revisão visa minimizar esses riscos.

Aprovação ética

Segue as normas éticas estabelecidas pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Contatos em caso de dúvidas ou reclamações

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável para quaisquer dúvidas, reclamações ou informações adicionais:
Email: juiasmin01@gmail.com

Declaração de consentimento

Declaro que fui informado(a) de forma clara e completa sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa; que minha participação é voluntária e compreendo que posso desistir e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrimentos prejuízos; que minhas informações serão mantidas em sigilo, usadas exclusivamente para os fins desta pesquisa e armazenadas pelo período indicado; que estou ciente da utilização da inteligência artificial para transcrição, compreendendo seus benefícios e limitações; que tive oportunidade para esclarecer dúvidas; e que entendo que posso, se desejar, me identificar voluntariamente como participante desta pesquisa, sem qualquer impacto na minha participação. Confirmo livremente minha participação nesta pesquisa.

Local e data: Florianópolis, xx de xx de 2025.

Nome do(a) participante: Assinatura do(a) participante:

Nome e assinatura do pesquisador responsável: Julia Iasmin Araujo da Silva
Sousa